

Alexandre Guerra



PLANO DE GOVERNO
Distrito Federal, 2019 a 2022

AOS VENTOS QUE HÃO DE VIR

Renovar é aplicar novos conceitos, evoluir práticas, transformar resultados. Renovar é romper paradigmas, aplicar inovações e iluminar possibilidades diferentes.

Renovar é construir bases prósperas para um futuro com novas perspectivas.

Em um mundo sob crescentes complexidades e pressões transformadoras, o Cidadão encara o risco de ter sua prosperidade oprimida por forças econômicas, ideológicas e corporativas que conflitam com o desejo de liberdade individual responsável e plena. A Liberdade para aprender, para escolher, para empreender se choca em paradoxo com a desvirtuada burocracia e modelos que privilegiam o continuísmo cumulativo em detrimento do empreender.

Liberdade resulta de um Estado garantidor equânime de condições básicas e fomentador de oportunidades abrangentes para que os indivíduos prosperem pela força de sua iniciativa e talento.

É com o intuito de Renovar e de Libertar que o Partido NOVO apresenta o Plano de Governo da candidatura de Alexandre Guerra para Governador e Erickson Blun para Vice-Governador do Distrito Federal.

Inspirado por expectativas tácitas que irradiam deste Patrimônio da Humanidade, este Plano traz as diretrizes, as ideias e os valores para governar Brasília nos próximos quatro anos. Ele oferece ainda uma visão de futuro da Cidade e **expressa como esta deve se desenvolver do ponto de vista estrutural, econômico, social, cultural e ambiental nos tempos vindouros**. Apresenta, ademais, propostas e soluções para os problemas imediatos e indica caminhos para o futuro.

Atento à Governança e ao realismo orçamentário, aplica o conceito de que a boa Gestão é aquela que, fruto da sua intervenção, gera um resultado coletivo superior ao que resultaria apenas com o desempenho natural dos indivíduos geridos. Resgata, assim, a importância do planejamento consequente, com o objetivo de iniciar um novo ciclo na história política e administrativa do DF e evitar que a conveniência corporativa, o espontaneísmo e a especulação continuem imperando na gestão de uma metrópole que, afastando-se do seu sonho original, torna-se mais e mais caótica e desequilibrada. Propõe um governo transformador ao apresentar soluções inovadoras, que **redefinem os pilares moral, administrativo, urbanístico, humano e digital da cosmopolita Brasília**.

O que ousamos apresentar com este Programa é uma concepção viável de cidade, que, em contínuo e evolutivo debate com toda a sociedade, construiremos juntos, alicerçados na democracia, na efetividade gestora, e no talento, inclusão e empreendedorismo de seu povo. Almejamos que Brasília volte a irradiar esperança a todo o Brasil!

A construção deste Plano foi orientada pela convicção de que somente por meio do engajamento político é que seremos capazes de enfrentar os graves problemas que a região metropolitana de Brasília apresenta. Milhares de simpatizantes, técnicos, ativistas, filiados e não filiados ao Partido NOVO, participaram diretamente dos Grupos Temáticos que discutiram e ajudaram a elaborar este Programa, participando das discussões nos encontros, eventos e seminários, além das caravanas e debates do candidato e do Partido por todas as regiões administrativas. Queremos agradecer a todos os que participaram deste processo pela dedicação e pelo exemplo de compromisso cívico que agregaram.

O Distrito Federal urge por mudança. Carece de um governo ativo, enérgico, que projete diferentes imagens e resultados desta cidade no país e no Mundo. Este Governador será **Alexandre Guerra**, que, impulsionado pelo anseio e ações convergentes das forças sociais que o apoiam, liderará o Distrito Federal rumo a um futuro melhor.

“Venturis Ventis”!

Brasília, agosto de 2018

Plano de Governo

Alexandre Guerra, Governador do DF - 2019 a 2022

EXPEDIENTE

PLANO DE GOVERNO Alexandre Guerra Governador do Distrito Federal, 2019 a 2022

Alexandre Guerra: Candidato a Governador

Erickson Blun: Candidato a Vice-Governador

Coordenadores da Campanha

Rodrigo Mendes

Ana Luiza de Oliveira Gomes

Líderes da Comunicação

Vivaldo de Sousa

Alan Marques

Thomas Strauss

Coordenadores do Plano de Governo

Humberto Luiz Ribeiro

Roberto da Silva Ribeiro

Coordenadora do Diagnóstico e de Sistematização

Luiza Betina Petroll Rodrigues

Coordenadores dos Grupos Temáticos

BEM-ESTAR E CIDADANIA

EDUCAÇÃO PLENA

Thiago Cianni de Lara Resende

EXCELÊNCIA EM SAÚDE

Getúlio Morato

GESTÃO, ORÇAMENTO, EFETIVIDADE E TRANSPARÊNCIA

Luiza Betina Petroll Rodrigues

PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MERCADO

Adriano Amaral

QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

André Menezes – Gestão Territorial

Annebelle Borges – Transportes

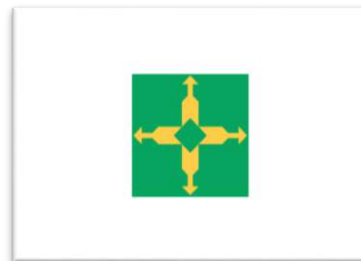
SEGURANÇA PÚBLICA E PAZ

Fabício Srdic

Este documento se baseia na supremacia do princípio do interesse público, e deve ser utilizado e/ou servir de referência sempre pautado por este princípio como eixo de sentido lógico, harmonioso e racional. Este documento é composto pela aglutinação de conteúdos na forma de texto, diagramas, fotos, gráficos ou imagens os quais têm necessariamente neste contexto finalidade não-comercial, e podem eventualmente constituir, isoladamente e em outra circunstância, direito de seus respectivos autores, não podendo ser interpretados ou utilizados a partir deste documento para qualquer propósito diferente do sócio-educacional, da boa-fé e do interesse público.

CONTEXTO: BRASÍLIA E SUAS CONTRADIÇÕES

Seria um privilégio para qualquer habitante do planeta poder viver em uma cidade concebida como novo paradigma urbano para a humanidade. Seria essa a perspectiva sonhada para Brasília. Seria, caso esta concepção não tivesse sido deformada de modo inconsequente por subseqüentes gerações de gestores desvirtuados.



Contradições agudas assolam a Brasília de 2018. Sintomas de desigualdades sociais, são fruto da carência de lideranças que pensassem e agissem a partir do planejamento, da prosperidade e do interesse público consequente. As poucas que existiram, tiveram seus planos alvejados pela burocracia e ineficiência gestora, prejudicando implementações frutíferas e tempestivas.

Desequilíbrios divergentes do plano original de Brasília empurraram nossa Cidade na direção da disfuncionalidade, da improdutividade coletiva e da ineficácia das políticas públicas. Catástrofes recentes corroboraram com a conclusão de que o desmando e a incompetência dominaram as estruturas de governo.

Este retrocesso ocorre concomitantemente a radicais inovações tecnológicas e gerenciais que impulsionam as Cidades Inteligentes e Economias mais Criativas e Dinâmicas mundo afora, condenando nossa Cidade a uma situação onde a qualidade de vida e a produtividade em sociedade regridem em confronto ao que ocorre na sociedade global.

Urge, assim, resgatar as aspirações que pautaram a criação da atual metrópole, corrigindo rotas, práticas, processos e metas de forma a devolver à sociedade uma aspiração básica: a de que estejamos todos prosseguindo, de forma consistente, rumo à prosperidade.

Indicadores de Educação, Renda, Emprego, IDH-Desigualdade, Saúde e Vulnerabilidade Social ilustram um mapa que pode ser simplificado em três zonas radiais: o centro desenvolvido, a faixa intermediária, e, mais externamente, o cinturão de alarme. As regiões do Plano Piloto e arredores concentram os empregos, as melhores faculdades e universidades, os principais hospitais, a renda e as oportunidades, de forma não-proporcional ao percentual de habitantes.

Sobrepondo os mapas de indicadores, fica evidente a coincidência espacial entre as deficiências educacionais, de renda, de emprego, de saúde e de habitação. Fica explícito e notório que as regiões menos desenvolvidas também são aquelas em que a desigualdade gera mais violência.

Embora Planos Diretores Estratégicos, elaborados em gestões anteriores, já tivessem apontado realidade e riscos, estes não contemplaram propostas de ações e instrumentos para enfrentá-los, especialmente quando se considera o desenvolvimento regional, microrregional e local, de forma a atender as necessidades específicas de cada região, efetivando políticas públicas com vistas a mitigar as fortes desigualdades e improdutividades existentes.

E foi ouvindo a população e concentrados em análises técnicas que empreendemos o profundo diagnóstico sobre o DF. Nesse processo, nosso time encarou os preocupantes fatos e indicadores econômicos e sociais, os quais apontam para rumos que divergem tanto das premissas fundamentais da Capital Federal, quanto dos anseios de seus cidadãos.

Advém daí a urgência em se mudar os rumos de nossa história. Não é tarefa fácil, mas é essencial. É esta mudança de rumo consequente, transparente e próspera que se propõe a candidatura de Alexandre Guerra ao Governo do Distrito Federal.

PILARES DE UM GOVERNO NOVO

VALORES DO PARTIDO NOVO E DE SEUS REPRESENTANTES

- **LIBERDADES INDIVIDUAIS COM RESPONSABILIDADE**
Acreditamos no valor fundamental das liberdades individuais, incluindo direitos e deveres. Que as pessoas só evoluem quando têm liberdade, com direito de escolha, e sejam responsáveis pelas consequências de seus atos. Não podemos continuar deixando o Estado escolher o que é melhor para nós, com a desculpa de estar nos “protegendo”.
- **INDIVÍDUO COMO ÚNICO GERADOR DE RIQUEZAS**
Os recursos do Estado são sempre oriundos dos impostos pagos pelos indivíduos. Os serviços públicos ofertados nunca são gratuitos. Sabemos que “não existe almoço grátis”. Governos fazem dar a impressão que o que eles nos oferecem é gratuito e, assim sendo, temos pouco direito de reclamar. Isso é uma mentira, afinal, o Estado não gera riqueza, ele só retira a riqueza que nós produzimos por meio da cobrança de impostos, taxas e um sem-número de contribuições compulsórias.
- **TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI**
O NOVO defende com vigor o princípio da Igualdade. Respeitamos uma hierarquia de normas e um sistema institucional no qual todo e qualquer indivíduo é submetido ao Direito e às leis de forma isonômica e sem privilégios.
- **LIVRE MERCADO**
Acreditamos que no livre mercado – onde as trocas são feitas de maneira espontânea – os serviços são melhores do que aqueles ofertados pelo Estado, dados os mesmos custos. Concorrência e trocas voluntárias são a melhor forma de defesa do consumidor. Sem estatismo nem privatização de compadres.
- **O INDIVÍDUO COMO AGENTE DE MUDANÇAS**
As mudanças e reformas que queremos promover têm o indivíduo, mediante sua atuação cívica e do voto consciente, como principal responsável pelas transformações. O direito de criticar deve ter como contrapartida o dever de participar. Devemos ser os protagonistas da nossa vida, e não esperar pela ajuda discricionária de governos, pois somos nós, individualmente, que faremos as mudanças. Esse princípio está na origem da formação do NOVO.
- **VISÃO DE LONGO PRAZO**
O NOVO acredita que é necessário resgatar a cultura e o pensamento de longo prazo na Administração Pública. As oportunidades, desafios e vocações de um país devem ser avaliados por uma perspectiva de tempo que ultrapasse as próximas eleições. É dever do gestor público não onerar as futuras gerações. Institucionalizamos o pensamento nas próximas gerações, não nas próximas eleições. Estruturamos o NOVO para que, independente de quem o esteja presidindo, nossos valores e diferenciais permaneçam imutáveis. Iremos sempre fazer o certo, sem atalhos.

PRINCÍPIOS PROFISSIONAIS DO GOVERNO ALEXANDRE GUERRA

- **Coesão** – o consenso, a integração e a cooperação solidária entre cidadãos, empresas e o poder público devem ser fomentados de forma inclusiva, intensa e abrangente, mirando parcerias sustentáveis e propósitos destinados ao bem coletivo;
- **Resolutividade** – a simplificação de processos com entrega de resultados ágeis e de qualidade deve ser uma obstinação diária de todos os responsáveis por qualquer tipo de serviço, especialmente os serviços públicos. O servidor público deseja ser mais produtivo, e o cidadão espera “Solução” e não justificativas;
- **Racionalidade** – habilidade do agente público de “fazer mais com menos”, agindo de forma econômica, parcimoniosa e fundamentada, com postura decisória ideal para melhor alcançar o objetivo institucional ou resolver um problema enfrentado;
- **Modernidade** – cabe a todos, de forma sistêmica e continuada, estimular e aplicar a atualização de normas, práticas e processos vigentes no Distrito Federal, de modo a fazer uso dos novos paradigmas viáveis e disponíveis para evoluir o ambiente interno e externo do GDF e de todo o DF, visando a contemporaneidade reconhecida de nossa região face ao planeta;

- **Prioridade** – o Governo deve destinar seus recursos e esforços com foco nos serviços públicos essenciais ao seu Povo, fortalecendo a cidadania e estimulando a sociedade a atuar nas demais áreas;
- **Consequência Sustentável** – ações empreendidas pelos agentes públicos deverão sempre ser planejadas e implementadas de forma a almejar e resultar em consequências que satisfaçam às expectativas da sociedade do DF, promovendo o orgulho das equipes responsáveis por terem entregue um trabalho de mérito e com transparência integral desde sua origem até a prestação de contas.

DIRECIONADORES

Promovendo uma metrópole mais inteligente, com uma economia mais Dinâmica e Criativa, temos dois direcionadores que balizam as métricas de avaliação de resultados a serem implementadas por este Governo:

- Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas;
- Aumento da Produtividade para Cidadãos, Empresas e Governo.

Para atingir novos patamares nestas duas dimensões, o Governador Alexandre Guerra concentra seu modelo de gestão na seleção de alvos e metas que resultarão em atingimento de Propósitos.

PROPÓSITOS

Há hoje uma convergência global em torno de um novo modelo de convívio e produção urbana, no qual projetos de **Cidades Inteligentes**¹ se confundem com ações acadêmicas e privadas voltadas à chamada **4ª Revolução Industrial**². Juntos, estes conceitos forçam governos e organismos multilaterais a redefinir caminhos para o desenvolvimento sustentável da sociedade tanto local, quanto global. O principal indutor deste Plano é a **Inclusão Produtiva**, estruturando um futuro que “**não deixe ninguém para trás**”.

A gestão de Alexandre Guerra no Distrito Federal vai estar alinhada a conceitos globais modernos de Cidades Inteligentes e da 4ª Revolução Industrial, implementando o rebatimento regional destes em convergência com as necessidades do seu Povo e os Valores deste Plano. O Governo Alexandre Guerra se alicerça nos princípios direcionadores de provimento de condições básicas de qualidade de vida e de liberdade produtiva aos cidadãos do DF, e definiu como alvo central do seu plano os seguintes **Propósitos** essenciais:

- **Emprego, Desenvolvimento Econômico e Social** – gerar empregos por meio da promoção do empreendedorismo nas micro, pequenas, médias e grandes empresas. Visar ao crescimento econômico “per capita”, atingindo níveis mais elevados de produtividade na economia do DF por meio da diversificação, modernização tecnológica, inovação, economia criativa e formalização;
- **Educação** – oferecer à toda população acesso à educação básica, técnica e profissional de qualidade, bem como oportunidades para a formação continuada de adultos interessados em ampliar sua capacidade produtiva, visando a promoção da prosperidade de toda a comunidade;
- **Saúde** – otimizar a saúde da população mediante a adoção do mais avançado conhecimento acerca das enfermidades, maximizando a saúde e minimizando as disparidades de acessibilidade;
- **Segurança Pública e Paz** – famílias convivendo em um ambiente de civilidade e paz social, com serenidade no respeito às leis, ao ambiente e ao próximo. Estamos determinados a promover uma sociedade pacífica, justa, diversa, inclusiva e livre do medo e da violência. Justiça acessível e Polícia inteligente, em campo e comunitária. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e vice-versa.

¹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-lanca-cartilha-sobre-uso-da-internet-das-coisas-na-criacao-de-cidades-inteligentes>

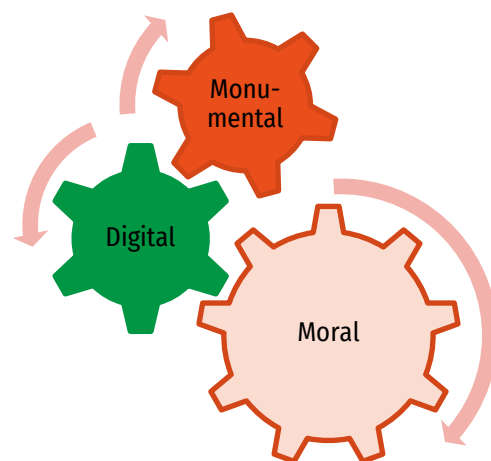
² <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>

VERTENTES DE TRABALHO

BRASÍLIA MORAL

São compromissos do Governo Alexandre Guerra o enfrentamento e o combate incondicional e absoluto a todas as dimensões da corrupção:

- **Corrupção Ativa ou Passiva**
a ação deliberadamente enviesada do agente público responsável por qualquer atividade governamental visando a auferir quaisquer tipos de benefício pessoal, em detrimento explícito ou não do interesse público, fere um ou mais dos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e deve ser escopo das tratativas de governança cabíveis;
- **Corrupção de Tempo**
a procrastinação, o diferimento, o retardo, o adiamento ou a omissão de uma ação governamental, expectativa da sociedade ou ato de ofício por razão injustificada e não-esclarecida ao interessado gera prejuízos a toda a sociedade. As estruturas burocráticas, que impedem o servidor de produzir adequadamente, devem ser mapeadas e revistas.
- **Corrupção de Propósito**
a interpretação distorcida de propósitos originalmente e legitimamente definidos para uma determinada ação de governo, resultando em consequências divergentes das anteriormente concebidas, caracteriza ato intolerável por nossa gestão. Exemplos que convivemos no DF no passado incluem o uso de recursos de Pesquisa Científica e Tecnológica da FAP-DF para o plantio de flores nos canteiros da Cidade, ou a adulteração do Parque Capital Digital em algo divergente do seu meritório propósito original.



BRASÍLIA MONUMENTAL

A queda em 2018 do viaduto do Eixo Rodoviário, o Eixão – principal via do Plano Piloto – ilustra³ o descaso em que se encontra a questão de manutenção infraestrutural de Brasília. Ainda, vemos hoje toda a Cidade tomada pela ocupação comercial irregular, ampliando riscos sistêmicos a toda sua população. Um Patrimônio da Humanidade justamente por sua



monumentalidade oriunda do urbanismo, da arquitetura e engenharia em concreto, a Capital Federal não pode ficar à mercê do desleixo e da má-gestão.

Cabe mudar, não apenas recuperando décadas de descaso com a estrutura física do DF, tornando-a uma infraestrutura resiliente e aprazível a novos investimentos em conformidade com as leis, e projetando os novos paradigmas urbanos das próximas décadas no que diz respeito a modais de transporte, matriz energética, saneamento e outros.

Também, uma nova perspectiva estrutural irá se aliar à unicidade diferenciada da Capital Federal de forma a atrair e reter maior número de visitantes que aqui conviverão com monumentos e ícones cívicos, bem como atrações

³ Foto do Eixo Rodoviário arruinado. Defesa Civil - Divulgação

gastronômicas, de lazer e hospitalidade, de negócios, educacionais, moda, design e outras. O Turismo deve ser colocado como protagonista viabilizador do ciclo positivo de manutenção e potencialização de uma imagem evolutiva da metrópole Brasília como cidade de Serviços, Diversidade Global, Prosperidade e Inovação.

BRÁSILIA DIGITAL

Principal indutor da melhoria da qualidade de vida e da produtividade no Distrito Federal, o paradigma Digital precisa abraçar o Governo e a Sociedade de forma a implementar:

- **O Governo Digital**
prestar serviços de forma online, integrada, multiplataforma, acessível e resolutiva é urgente no DF. É direito da sociedade conhecer, de forma inteligível e digitalmente disponível, as ações e gastos do Estado. Deixar para trás, de forma definitiva, o governo do carimbo e do papel é o centro da proposta desta gestão, que demandará, para isso, intensa participação de empreendedores, acadêmicos, agentes públicos e usuários focados na concepção e implementação de um ambiente que, em breve, orgulhará a todos que habitam e visitam a Capital;
- **A Cidade Inteligente**
a adoção de tecnologias disponíveis, que concomitantemente promovam redução de custos, aumento da governança e evolução dos serviços públicos ao cidadão no seu convívio na urbe é meta desta gestão. Um exemplo do atual atraso é a incipiência na plataforma de racionalidade energética por meio de um programa efetivo de gestão da cogeração, passando por veículos elétricos, iluminação pública em LED, culminando com um “smart grid”, os quais Brasília ainda não abraçou. De forma semelhante, soluções voltadas ao trânsito, à segurança pública, à prevenção de acidentes naturais, entre outros, que se utilizem de sensores, Internet das Coisas, drones, nuvem de dados e outras plataformas digitais a custos racionais são escopo do nosso trabalho, preservados o direito à privacidade e à proteção de dados;
- **O Ecossistema Produtivo**
com sua vocação para formação de pessoas e geração de soluções digitais, Brasília já perdeu décadas na ocupação de um espaço nacional e, por que não, internacional como polo produtor de Empreendedorismo de Alto Impacto. É chegada a hora de reverter a exportação de talentos e importação de tecnologias para uma nova lógica de Exportação de Soluções, especialmente em Governo Digital, tendo como alicerces a equalização de fatores de competitividade e a implantação do Parque Capital Digital;
- **O Cidadão Contemporâneo**
em uma economia cada vez mais dinâmica, globalizada e inovadora, engajar as pessoas – servidores⁴, cidadãos e visitantes – nos novos paradigmas de forma abrangente é fator-chave de sustentabilidade social, promovendo a satisfação, a empregabilidade e a prosperidade individual e coletiva, e consolidando o empoderamento de todos para a livre iniciativa e a civilidade. Destaca-se a priorização de instrumentos de interação governo-cidadão via meios digitais, bem como a qualificação profissional para a economia criativa e de alto impacto. Habilitar cidadãos não apenas aptos a trabalhar e viver no mundo do futuro, mas aptos, também, a **criar** o mundo do futuro!

MODELO DE GESTÃO E CONFORMIDADE

Convergir racionalidade, resolutividade e modernidade é a tônica de ação gestora do Governo Alexandre Guerra. E essa convergência será sempre pautada pelos Propósitos, garantindo consequências positivas e promovendo maior Produtividade e Sustentabilidade para os esforços empreendidos.

A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES

O Ser Humano tem, na vida em sociedade, uma de suas mais relevantes forças. Por ser gregário, cooperar e compartilhar, tornou-se pujante enquanto espécie. E esta força precisa continuar sendo a alavanca que nos permitirá solucionar os inúmeros desafios que o futuro nos reserva.

Em sua repercussão política, esta força social precisa ser reformulada. Precisamos sair do atual modelo de “Governo de Coalizão”, que explicita os indesejáveis acordos entre poderes e partidos comumente denominados de “toma lá, dá cá”. Essas coalizões pressupõem distribuição de recursos de poder entre os membros da base, bem como o compartilhamento da agenda de políticas públicas não necessariamente convergentes ao melhor interesse público.

⁴ Necessidades de força de trabalho específicas da TIC no âmbito do GDF <http://www.egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/revista.pdf>

Sairemos desta indesejável atual “Coalizão de Interesses” para a “**Coesão por Propósitos**”, uma nova forma de interação resolutive e coerente entre os poderes e partidos que prioriza a construção conjunta focada no interesse da sociedade, e que aglutinará aqueles que realmente desejam transformar para melhor a realidade do DF.

O SERVIDOR PÚBLICO DO GDF

A velha política de loteamento do governo aflige toda a população de Brasília, e, em especial, os Servidores do GDF. Romper com a lógica de que o Poder Executivo distrital é uma estrutura a serviço de interesses individuais ou partidários é premissa do Governo Alexandre Guerra, como pilar de resgate do protagonismo do interesse público.

Dada a situação em que se encontram as questões morais, de resultados e de orçamento, esta tarefa de resgate demanda que **o Servidor do GDF seja o principal parceiro na evolução**, de forma a retomar o respeito dos cidadãos pelos serviços públicos, ao mesmo tempo em que se recupere as condições de **Capacitação contínua e Valorização de talentos**. Como indutor de efetividade nos resultados à sociedade, ampliando a produtividade do GDF, uma **política de reconhecimento e premiação do mérito** será implementada.

OS CARGOS COMISSIONADOS E O NÚCLEO DE TRANSFORMAÇÃO

Encerrada a lógica viciosa do loteamento partidário, o Governo Alexandre Guerra planeja reduzir em até 50% o número de cargos comissionados, privilegiando nestas nomeações os servidores concursados, tendo como pré-requisito de nomeação a aceitação de um plano de metas e compromissos específicos para a função a ser assumida, bem como tratamento equivalente ao de servidor público no que se refere à transparência.

Com a redução das despesas com cargos comissionados, espera-se a liberação de um montante de centenas de milhões de reais, que estarão disponíveis para outros investimentos relevantes para o futuro da Capital Federal.

Entre os cargos comissionados, um grupo de 300 cargos de gestores de projetos e processos estratégicos está reservado para a consolidação do Núcleo de Liderança e Aceleração da Transformação, ligado à Secretaria de Governo e operando em todas as unidades da administração direta e indireta, em contato com os interesses da população do DF.

UMA NOVA ESTRUTURA, PAUTADA POR PROPÓSITO

A estruturação institucional que responderá pelo GDF durante esta gestão é pautada pelos Propósitos buscados por seu Povo. Assim sendo, as Secretarias da gestão anterior serão reorganizadas e resumidas a 11, sendo estas:

Secretarias Estruturais	Secretarias Finalísticas
<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Governo (Casa Civil); Secretaria de Segurança Orgânica (Casa Militar); Secretaria de Gestão Pública; Secretaria de Transparência; Procuradoria. 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Excelência em Saúde; Secretaria de Educação Plena (Cultura, Esportes e Inclusão); Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado; Secretaria de Qualidade Urbana e Ambiental Secretaria de Justiça Secretaria de Segurança Pública e Paz

O funcionamento destas Secretarias ocorre sob a Liderança da Governadoria, por meio da coordenação da Secretaria de Governo, a qual planeja e implementa a Facilitação e a Integração das ações de todo o GDF.

As Administrações Regionais terão sua liderança selecionada e nomeada diretamente pela Governadoria, também estando sob a coordenação operacional da Secretaria de Governo. Estas Administrações serão, efetivamente, o canal de interação cotidiano de todas as ações do governo com a comunidade de cada Região Administrativa.

As Empresas Públicas e Autarquias estarão vinculadas à Secretaria diretamente afeta ao seu escopo de atuação, como, por exemplo, a CEB, a CAESB, o Metrô, a Novacap e o SLU estarão vinculados à Secretaria de Qualidade Urbana e Ambiental.

O diagrama a seguir ilustra este funcionamento, bem como o desdobramento dos Propósitos de cada unidade:



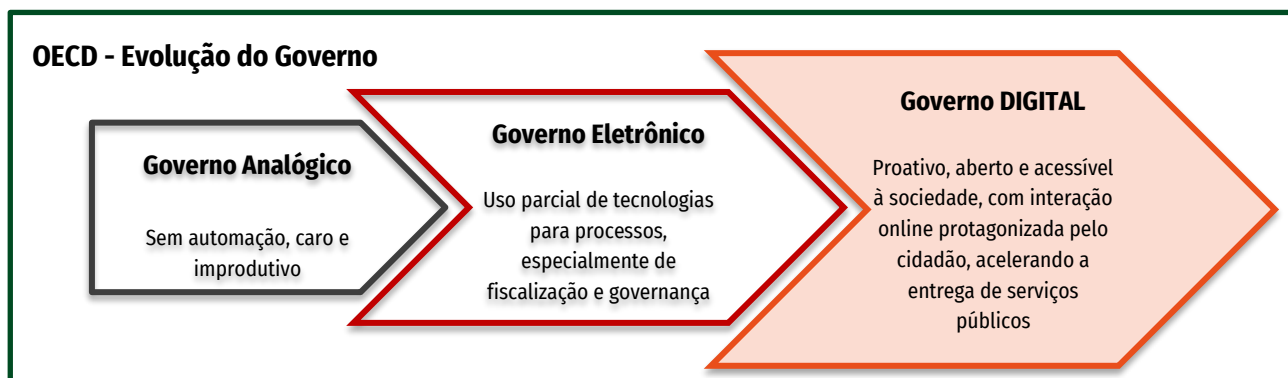
EIXOS DE ACELERAÇÃO DE RESULTADOS

Coadunando com os Propósitos, os Eixos de Aceleração de Resultados atuarão de forma transversal a todas as unidades diretas e indiretas do GDF, impulsionados pelos gestores de projetos e processos estratégicos, que subsidiarão e facilitarão trabalhos das áreas fins. Entre esses Eixos, alguns já se encontram priorizados pelo Governo Alexandre Guerra, e outros surgirão como fruto da modernização do DF. São esses:

- Eixo Evolução do Atendimento e dos Serviços Públicos**
 frente de trabalho que percorrerá todos os órgãos do GDF com vistas a avaliar e evoluir métricas de Qualidade no Atendimento à Sociedade, buscando, entre outros, a eliminação de filas, o apoio na adoção das práticas do Eixo Digital, a consolidação da cultura de “Servir Bem”, a melhoria na definição de “Entregáveis” e o monitoramento de soluções às reclamações e sugestões em geral;
- Eixo Cultura e Economia Criativa**
 A Economia Criativa e a Cultura são parte essencial de toda a perspectiva, tanto Educacional, quanto de Desenvolvimento Econômico do DF. Para isso, esta frente de trabalho atuará fortalecendo o papel da Música, Teatro, Audiovisual, Artesanato, Museus, Design, Moda, Fotografia, Literatura, Patrimônio Histórico, Arte Urbana etc. no ecossistema do DF, em forte sintonia com os Eixos de Turismo, Digital e outros;
- Eixo Hospitalidade**
 Aproveitar e impulsionar o potencial de Brasília como destino turístico é o papel desta frente. As dimensões do turismo de negócios, cívico, ecológico, gastronômico, náutico, místico, educacional, de saúde, entre outros, serão tratadas de forma a promover a geração de empregos e renda, o empreendedorismo e a melhoria do nível de serviços ao consumidor em geral do DF;
- Eixo Transformação Digital**
 frente de gestores de processos e de mudança que darão o suporte a todo o GDF na adoção das melhores práticas e ferramental do Governo Digital, tendo como uma das premissas a simplificação de processos e a eliminação da burocracia.

O GOVERNO DIGITAL

O Governo Alexandre Guerra visa, pela primeira vez na história do DF, a desenvolver e implementar uma plataforma de gestão e interação que seja transversal, integrada, resolutiva e acessível, aproximando o governo de seus cidadãos e das empresas que atuam na metrópole. Seguindo diretrizes e experiências de sucesso internacional, bem como adequando as soluções aos melhores interesses e à nossa realidade, o Plano reconhece que a tecnologia é mais que um indutor relevante de melhoria do setor público, pois pode, também, impulsionar políticas mais capilares e efetivas e transformar o Governo, tornando-o mais célere, transparente, inovador, participativo e confiável.



Com a pluralidade de opções tecnológicas disponíveis atualmente, aumenta a expectativa da sociedade por um governo que seja preparado para reduzir a burocracia e para oferecer novos canais de interação e maior leque de serviços prestados online aos cidadãos interessados. Enquanto governos tradicionais ainda não enxergam alternativas para esta colaboração direta com o público, o Governo Alexandre Guerra terá nesta frente um dos seus catalisadores de aproximação do poder público com a população, simultaneamente reduzindo custos e ineficiências, e fortalecendo a transparência. Não será o caso de, simplesmente, automatizar-se procedimentos burocráticos, mas sim repensar os modelos de provimento de serviços em formato digital.

O modelo de implementação almeja viabilizar um ciclo virtuoso, no qual o governo é centrado em Dados, Serviços e Soluções, e opera disciplinas de Governança, Estratégia e Entrega de Serviços de forma coordenada, sempre monitorando e avaliando os impactos.

Critérios necessários para garantia da Segurança de Dados, da Transparência e Governança deverão ser incorporados, garantindo conformidade com a legislação vigente no que diz respeito a, entre outros, rastreabilidade de acessos, sigilos, acessos a dados agregados, cruzamentos, acesso não-autorizado e disponibilidade⁵.

Elementos de reconhecimento de mérito e competência na adoção do paradigma digital no governo, a avaliação de políticas públicas digitalmente transformadas, bem como o fomento à modernização das carreiras públicas voltadas ao paradigma digital são escopo de atuação do Governo Alexandre Guerra.

A integração das bases de dados, a interoperabilidade e a acessibilidade aberta, com a devida gestão de direitos e deveres, será fator de impulsionamento para novas soluções oriundas do empreendedorismo público e privado, que propiciem evolução do nível de serviços a toda a população. Bases complementares, a exemplo das disponibilizadas pelo Governo Federal – GovData – também serão escopo deste processo recorrente.



⁵ <http://www.oecd.org/gov/digital-government/recommendation-on-digital-government-strategies.htm>

JANELA DIGITAL ÚNICA

O acesso pelos cidadãos a serviços disponíveis se dará de forma digital, via celular ou outros equipamentos adequados, obtendo-se as soluções de forma também online sempre que não seja necessária a relação presencial com o Estado, promovendo o fim dos processos em papel e carimbos. Quando não for este o caso, a plataforma digital poderá também ser utilizada para simplificar e agilizar a preparação da interação presencial, oferecendo agendamentos, roteiros de protocolo e outras facilidades. A plataforma poderá, também, ser útil como meio de interação sempre que a participação do cidadão em processos de decisão for adequada.

O Governo envidará o máximo esforço no sentido de eliminar a necessidade do cidadão em percorrer diferentes balcões de atendimento governamental para obter a solução da sua demanda. O Governo deve ter a capacidade de se integrar internamente, eliminando o ônus dos diferentes escaninhos para o cidadão.

GOVERNANÇA

Em respeito ao empenho dos que contribuem por meio da arrecadação de taxas, emolumentos e impostos, bem como aos beneficiários dos serviços públicos prestados à população, esta gestão concentrará esforços necessários e suficientes visando a aplicação e comprovação da competência, ética, legalidade e transparência.

Dá-se, com isso, a imperiosidade do respeito ao preconizado no art. 37 da Constituição Federal:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

A competência é uma obstinação deste Governo, abrangendo desde a formulação de políticas públicas não apenas como política de Governo, mas sim como políticas de Estado, passando pelo planejamento integrado, e alcançando a motivação e capacitação do corpo de servidores.

Tendo como pressupostos básicos fundamentais na gestão dos recursos públicos a Ética e a Legalidade, o Governo Alexandre Guerra alimentará em ciclo virtuoso contínuo o dueto Controle Social <-> Transparência.

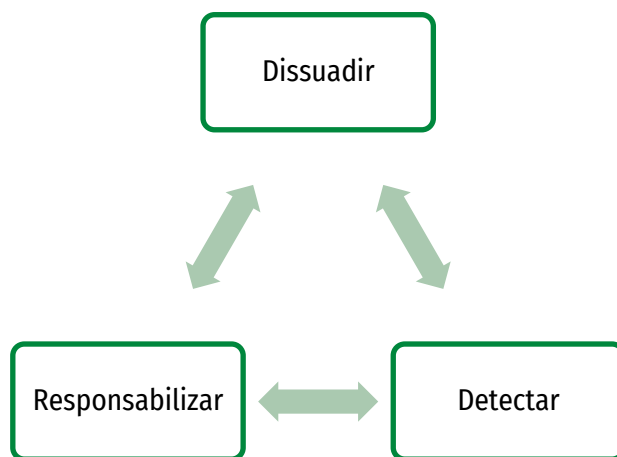
Intransigente a desvios de conduta, ações preventivas de dissuasão serão adotadas de forma permanente. Estas se aliam às práticas de detecção e de responsabilização, mantendo a sociedade ciente de quaisquer ocorrências.

A função de Correição é considerada ferramenta de responsabilização administrativa e não apenas mera rotina burocrática que ocorre face à detecção de equívocos, incompetências, fraudes, corrupção e/ou enriquecimento ilícito de agente público.

A responsabilização diante de desvios de conduta será tida como ato obrigatório a ser promovido em todos os níveis de governo.

O Controle Interno concentrará esforços para as detecções preventivas, sob análise de riscos, evitando ocorrência de fraudes, corrupção e enriquecimento ilícito, valendo-se da conjugação de Tecnologia e Inteligência para desempenhar suas atividades.

Os casos de equívoco e de incompetência serão focados como subsídio para a elaboração de planos evolutivos de capacitação. Atenção será aplicada à análise de enriquecimento ilícito de agente público, sintoma da prática de corrupção passiva.



GUERRA PELO DF

A SÍNTESE DA REALIDADE ATUAL

Em 2017, o Distrito Federal voltou a ser a Unidade da Federação com a **maior desigualdade de renda no país**.

Temos hoje uma conjugação insustentável que precisa ser revertida no DF. A decadência dos mecanismos de prosperidade social ocorre em meio a uma sequência de gestões irresponsivas, indecentes e incapazes.

O servidor do GDF torna-se passageiro agonizante desta situação, sendo frequente refém da frustração de não poder entregar o melhor de seu talento à população por impossibilidades em seu ambiente de trabalho, geradas pela ausência de lideranças competentes, pautadas pelo interesse público e comprometidas com o bem coletivo.

Dá-se, assim, o atual ciclo vicioso no qual a baixa produtividade do poder público torna-se catalizador da crescente aceleração da pobreza, da desigualdade e da recessão econômica.

A FORMAÇÃO DA DESIGUALDADE

Segundo a CODEPLAN, o DF apresenta extremos na medição regional do Índice de Gini, chegando este a ser da ordem de 18 vezes maior entre o Lago Sul quando comparado à Estrutural. É um dos indicadores que explicita a desigualdade existente na população de nossa Unidade da Federação, resultado de um modelo social que, há décadas, concentra privilégios e obstaculiza a Ordem e o Progresso.

Em última instância, **somos TODOS vítimas deste problema**.

Faz-se, assim, necessária uma reflexão a respeito da insustentabilidade desta situação, visto ser reconhecido na história humana que não há condição de estabilidade próspera com tamanha discrepância.

As dimensões explicativas da Pobreza baseiam-se, destacadamente, em:

- Educação (com predominância para indicadores relacionados à alfabetização e às taxas de escolarização);
- Saúde (cujos indicadores são relativos à nutrição e expectativa de vida);
- Trabalho (ênfase em indicadores de desemprego);
- Renda (considerando o PIB “per capita”, a renda familiar “per capita” ou as linhas de pobreza);
- Habitação (com indicadores, especialmente relacionados ao saneamento); e ainda
- Indicadores relacionados à mobilização e participação social.

Simples, portanto, concluir que estes merecem ser alvos prioritários de qualquer gestão comprometida com a sustentabilidade e prosperidade social.

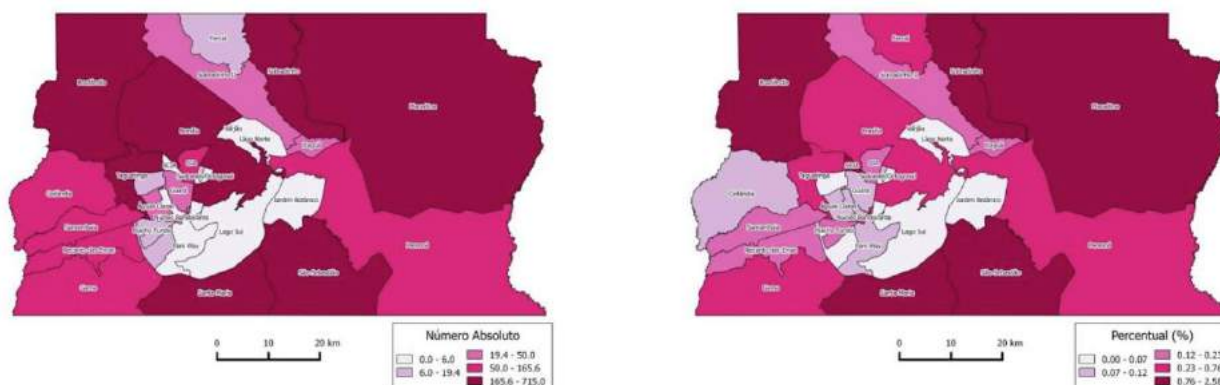
O CRESCIMENTO ALARMANTE DA POBREZA

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília e sua região metropolitana foi uma das primeiras cidades do Brasil a superar, em julho de 2014, as metas do Objetivo 1 do Milênio — Acabar com a fome e a extrema pobreza, assumidas pelo Governo Federal junto às Nações Unidas. Naquele ano, a Capital Federal tinha menos de 3% da população com renda inferior a R\$ 140 per capita, superando tecnicamente os parâmetros estabelecidos pela ONU para a extrema pobreza e a pobreza.

A população que se encaixa no perfil de pobreza e pobreza extrema representou, em novembro de 2017, 3,38% dos habitantes do DF, totalizando 101.539 famílias. Apesar do elevado valor em termos de renda média, os dados desagregados por região administrativa do DF fazem aparecer um novo contexto, evidenciando uma alarmante desigualdade.

MAPAS DO ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA NO DF: QUANTIDADES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA E PERCENTUAL DESTAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FAMÍLIAS POR RA

(Fonte: CODEPLAN – Cadastro Único 17/7/15)



A Pobreza tem caráter multidimensional e inter-relacionado, exigindo que a sua superação seja buscada por meio da atuação conjunta de diferentes departamentos governamentais, com planos que considerem tanto o foco quanto a amplitude das diferentes dimensões. Deste modo, cabe ao Estado promover, permitir e concatenar ações públicas e privadas de geração de empregos, assistência social, habitação, educação, saúde, e outras que gerem aumento de renda e redução da pobreza, visando ao melhor alcance do resultado.

Cumprir registrar que será buscada a evolução do atual Cadastro Único do GDF, de forma a integrar dados de acesso a serviços de saúde, educação, gestão territorial, assistência social, cidadania, esporte, lazer, cultura, trabalho, entre outros, bem como a fontes nacionais de dados como o Censo, a PNAD e a PDAD. Com isso, torna-se possível um correto sistema de monitoramento e avaliação evolutiva.

Assim sendo, e dados os alvos de atuação, buscam-se alternativas e soluções que viabilizem o resgate digno e meritório dos que se encontram em situação de risco. São conhecidos diversos modelos de sociedades que alcançaram novos patamares de riqueza “per capita” pelo traço cultural de que **“Ninguém Fica Para Trás”**. Da mesma maneira, precisamos incorporar esta visão em nosso DF e em nosso país, pois, como dizem em outros pontos do planeta, **“É Melhor a Mesa mais Longa, que o Muro mais Alto”**.

DIGNIDADE E DECÊNCIA

Apresentar novas perspectivas para o Distrito Federal, culminando com a Paz, a Prosperidade, a Civilidade e a Sustentabilidade. É esta a motivação que entusiasma o Governo Alexandre Guerra.

O engajamento do Servidor do GDF em um novo modelo de gestão e liderança comprometida com o bem coletivo, com o engajamento democrático e participativo, com a modernidade e com a promoção de um ambiente de prosperidade sustentável é o eixo motor de uma metrópole Moral, Monumental e Digital que nos orgulhará a todos.

Pela exortação da Liberdade, da Democracia, da Cidadania, da Dignidade Social, da Decência e da Inclusão!

Um País que já passou por inúmeras provações. Uma Capital que, apesar do atual cenário, é um símbolo de empreendedorismo e de persistência frente a imensos desafios. Um povo oriundo de todos os cantos que se reúne aqui, desejoso por novas perspectivas, por oportunidades de se superar e de progredir. Um Futuro Melhor. É chegada a hora de tornar esse sonho uma meta possível!

O caminho escolhido pela gestão Alexandre Guerra?

Um GDF que impulse a Geração de Riquezas por meio de Serviços Públicos Decentes, alinhado à promoção da Dignidade dos Cidadãos e das Oportunidades Inclusivas e Competitivas de Livre Iniciativa.

É chegada a hora. Façamos acontecer!

COESÃO DE PROPÓSITOS, E NÃO MAIS COALIZÃO DE INTERESSES

UMA NOVA FORMA DE LIDERANÇA POLÍTICA

“Coalizão gestora” é prática existente em todo o planeta, visando fortalecer a governabilidade para lideranças em sistemas multipartidários, mesmo quando essas lideranças tenham sido eleitas sem a maioria absoluta dos votos de sua população. Porém, ressalta-se que a **convergência Ideológica** é premissa basilar desta articulação de poderes e de gestão, quando as forças do arranjo político eleito se fazem convergir ou afastar com base em pautas transparentes e nobres de suas correntes de pensamento, de intenção e de compromisso público⁶.

Propomos um novo modelo de aliança pela governabilidade, construída em torno de conteúdo programático. É a Coesão por Propósitos!

O caso Brasileiro serviu como um exemplo de desvirtuamento desta forma de Coalizão Gestora⁷. Dado que, salvo raríssimas exceções, a nobreza ideológica não se faz presente no mosaico partidário do país, o que rompe a premissa essencial de sustentação virtuosa das coalizões, transformando o modelo em um jogo de loteamento de interesses específicos e, frequentemente, não-republicanos. A Coalizão Gestora se torna, assim, “**Coalizão de Interesses**”.

Chegamos, após cerca de duas décadas deste desvirtuamento, a um esgotamento do atual modelo de correlação política no Brasil. Lideranças político-partidárias desconectadas de princípios ideológicos virtuosos negociam ocupação de espaços em troca de apoio simbiótico entre o poder executivo e o legislativo, deturpando estruturas e recursos com base em interesses divergentes do público. A crescente prática dessas coalizões tornou **disfuncional** a estrutura de gestão e prestação de serviços públicos⁸. Porém, recuperando esperanças, a sociedade brasileira se ergueu de forma crescente contra este modelo, e urge uma transformação imediata.

A proposta de mudança nesta vertente oferecida pelo Governo Alexandre Guerra é a extirpação da prática frequentemente corrupta do “toma lá, dá cá”. O que se propõe, visto à complexidade de se ter um resgate ideológico virtuoso e sustentável nas atuais estruturas partidárias da velha política, é que as alianças pela governabilidade se deem não por conveniências individuais, fisiologismo ou clientelismo, e sim em torno do conteúdo programático transparente, consequente e próspero apresentado neste Plano e em seus desdobramentos. É pré-requisito para termos um Distrito Federal Inteligente⁹. Esta é a mudança que transformará a política brasileira, promovendo um salto de maturidade de repercussão estruturante em nosso país. Este é o rebatimento estratégico, e primordial, da “**Coesão por Propósitos**”.



⁶ Coalitional Presidentialism in Comparative Perspective: Minority Presidents in Multiparty Systems. Paul Chaisty, Nic Cheeseman, Timothy J. Power

⁷ 1 The informal foundations of coalition management in Brazil

<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/processos-orcamentarios-ambientes-alta-informalidade-brasil.pdf>

⁸ Sistema Político Brasileiro: Disfuncional ou Má gerência? Université Paris 1 Sorbonne 2015

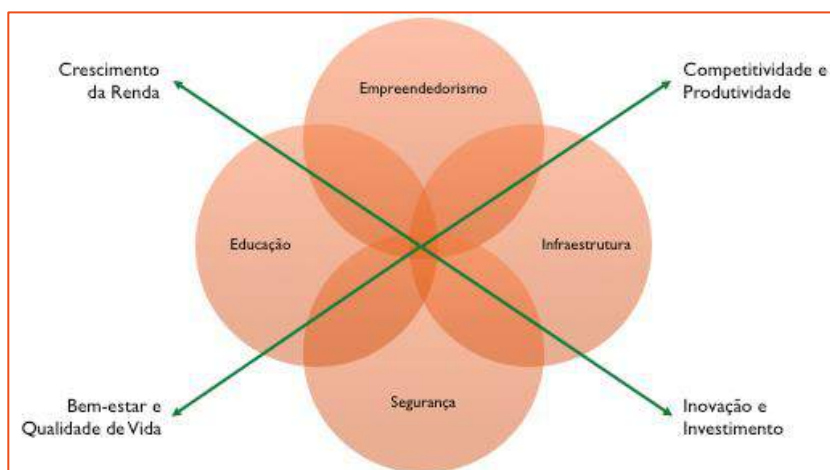
⁹ <https://udaipursmartcity.in/what-is-a-smart-city-udaipur-rajasthan-india/> (Diagrama) Modelo de Integração de Pilares de uma Cidade Inteligente

CORRELAÇÃO VIRTUOSA DE ESFORÇOS

Desdobramento decorrente da implementação da Coesão por Propósitos na camada de liderança política é a liberdade do poder executivo para consolidação de uma estrutura gestora com foco claro e resolutivo. Sem a carga negativa do fisiologismo¹⁰, a cooperação entre esses gestores e as equipes de servidores passa a impulsionar resultados ainda mais proveitosos para a sociedade.

Adicionalmente, a **transversalidade colaborativa de ações** promove intersecções convenientes e não-conflitivas entre instâncias com eventuais responsabilidades sobrepostas em temas correlatos. O rebatimento operacional da Coesão por Propósitos é que, com um enfrentamento de temas de forma colaborativa, a performance do Governo como um todo se eleva, fortalecendo as consequências positivas para os servidores, os gestores e os cidadãos.

Extrapolando o conceito da transversalidade de esforços e de impactos, temos que ações mais efetivas em áreas de responsabilidade distintas passam a impulsionar evolução em outras dimensões de interesse da sociedade, conforme ilustrado no diagrama. Por exemplo: melhoria da Educação repercute em melhores resultados no Empreendedorismo e na Segurança Pública; ou evoluções na Infraestrutura geram melhores resultantes para a Educação, o Empreendedorismo e a Saúde.



REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme descrito no modelo de Estrutura de Governo por Propósitos, as Administrações Regionais do DF serão copartícipes de todas as atividades do Governo Alexandre Guerra ocorrendo em cada RA. Além disso, seguindo especialmente o princípio de Coesão, os Administradores Regionais estarão em permanente interação com toda as instâncias do Governo, e envidarão esforços para manter o GDF próximo, atento, prestativo e atuante nas prioridades e nos principais impactos desejados pela população de cada região.



Como fator impulsionador do trabalho dos Administradores Regionais, destaca-se o desejo do próprio Governador Alexandre Guerra em participar pessoalmente das atividades descentralizadas. Ele, por afinidade empreendedora já desenvolvida em todas as RAs do DF em seu passado, conhece e deseja preservar agendas de trabalho de interesse público e de forma transparente nas regiões de forma cotidiana, sempre apoiado pelos Administradores Regionais responsáveis por cada RA.

¹⁰ The Price of Governing: coalition management costs in Brazil's presidential system – FGV/EBAPE & RAP 2016

BEM-ESTAR E CIDADANIA

POR UMA EDUCAÇÃO PLENA

Apesar de consideráveis recursos disponibilizados pela União e destinados diretamente à Educação do Distrito Federal, a região apresenta hoje sérios problemas, tendo uma entrega inadequada à expectativa de sua população, resultando em um medíocre desempenho nos rankings de avaliação nacional¹¹, inclusive não alfabetizando nossas crianças adequadamente¹². Em síntese, uma lógica inconsequente implementada nos últimos anos comprometeu os recursos aqui disponíveis, bem acima da média nacional, com modelos sofríveis que impediram os saltos educacionais desejados pelas famílias do DF.

PROBLEMAS CENTRAIS

- Carência de vagas e grande fila de espera para creches (alunos de 0-3 anos);
- Baixa qualidade do ensino:
 - Desvalorização dos profissionais de educação;
 - Gestão ineficiente;
 - Infraestrutura escolar inadequada.
- Ensino médio desconectado do mercado de trabalho.

DIAGNÓSTICO

O DF é a única unidade da Federação que acumula a oferta de educação pública da Creche ao Ensino Médio¹³. Para isso, conta com recursos de impostos e também de fundos constitucionais, ou seja, transferências financeiras da União que conferem a Brasília, por ser a capital, condição privilegiada em relação aos estados.

Há, entretanto, uma contradição latente na área de educação do DF: orçamento alto com má gestão.

MAIS VAGAS PARA A CRIANÇA DE 0-3 ANOS

Seguramente, o tema mais delicado é o baixo percentual de crianças em creches, especialmente no que se refere a crianças de baixa renda. Partindo do princípio de que a “educação básica” recebe esse nome não por acaso, e sim por ser primordial cuidar educacionalmente das crianças mais jovens, para que tenham as bases que lhes impulsionem nas séries mais avançadas e por toda a vida, tal carência de vagas na educação de primeira infância torna-se um problema crítico. Adicionalmente, cabe apontar que a criança sem creche também impede a participação ativa de um ou ambos os pais em atividades econômicas produtivas, um indesejável efeito colateral.

Pesquisas demonstram que os anos iniciais da criança - ou seja, durante o processo de formação fisiológica do cérebro - representam uma janela de importância crítica para o desenvolvimento pleno do seu potencial e para a moldagem de habilidades-chave nas perspectivas acadêmicas, sociais e cognitivas, que determinarão seu sucesso na escola e na vida.

O DF é um ente federativo com altíssima desigualdade de renda, e essa desigualdade se reflete de forma aguda nas crianças: cerca de 3,8% da população vive com menos de meio salário mínimo mensal per capita, mas 20,2% das crianças vivem com essa renda¹⁴. Essa situação reforça a urgência do atendimento a essas crianças em situação vulnerável, provendo-lhes escola integral, especialmente em creches. Visto que o DF teve uma redução de 8,2% no

¹¹ IDEB 2016 / INEP <http://ideb.inep.gov.br>

¹² ANA/SAEB / INEP <http://ana.inep.gov.br/ANA>

¹³ Art. 32, § 1º e Art 211 da CF-1988, e os arts. 9º ao 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996, LDB). Plano Distrital de Educação 2015-2014. http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/pdf/PDE_TEXTO-BASE.pdf.

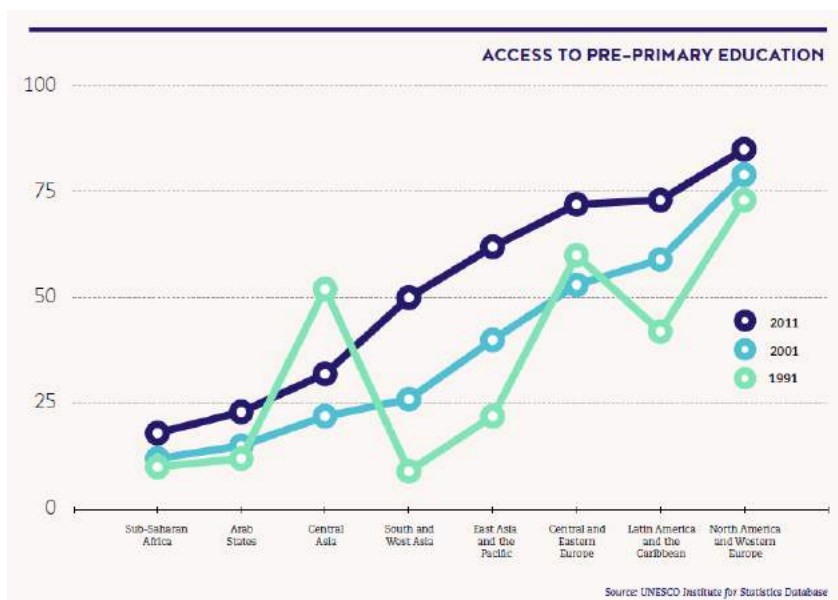
¹⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/25/mais-de-40-dos-jovens-de-ate-14-anos-estao-em-situacao-de-pobreza-mostra-estudo.htm>

número de escolas de período integral entre 2015 e 2016¹⁵, cabe neste ponto uma reversão da política anterior para uma nova abordagem.

**Quanto menor a criança,
mais ela precisa de atenção
do Estado.**

**Priorizaremos os mais
vulneráveis**

A educação infantil (crianças de 0 a 5 anos) é imensamente eficaz na redução da desigualdade social e da criminalidade, desde que propicie às crianças acesso a alimentação saudável e ambiente adequado de convívio e aprendizado durante a maior parte do dia. Neste sentido, especialistas afirmam que crianças que frequentam creches de qualidade têm menor tendência a abandonar a escola nos anos futuros. É com razão que os países desenvolvidos têm amplo sistema de creches (figura 3).



O GDF atende, hoje, cerca de 59 mil crianças em creches e pré-escolas, das quais:

- 43,3 mil em instituições públicas (prédio público + gestão pública, com professores concursados ou temporários); e
- 15,7 mil em instituições conveniadas (prédio público emprestado para iniciativa privada + gestão privada sem fins lucrativos, com mensalidades pagas pelo GDF)¹⁶.

Porém, apenas 32% das crianças de 0 a 3 anos estão atendidas por creche no DF, um índice inferior à média brasileira de 36% e da OCDE de 78%¹⁷, e só obtido porque mais de 90% das matrículas ocorrem em creches particulares¹⁸, proporção bem maior que a média nacional que é de 65%¹⁹ para essa faixa etária.

Portanto, pode-se afirmar que as crianças de zero a três anos de baixa renda em geral estão fora da creche no DF, e isso limita a capacidade dos pais e mães de trabalharem, o que perpetua a pobreza. A fila imediata pela creche pública é de 31 mil vagas, e estima-se que a demanda total (que atenda a todas as crianças cujos pais não podem arcar com creche) é de cerca de 77 mil vagas.

A melhor solução, e que já vem sendo adotada, embora não com a rapidez que o problema exige, é a criação de vagas em creches conveniadas. O conceito adotado no DF é o de que o poder público constrói a creche e a entrega a uma instituição educacional sem fins lucrativos, que se responsabiliza pela gestão e oferece vagas a crianças. O governo administra a fila de interessados e concede as vagas de acordo com critérios de renda e vulnerabilidade social. Essa solução é interessante porque o custo da vaga em creche conveniada²⁰ é de cerca de R\$ 900, enquanto a creche pública custa cerca de R\$ 1.600 por aluno. Se todos os imóveis de creches

**É possível, no curto prazo,
ampliar em 30 mil o número de
crianças na escola. Isso é mais
bem-estar e oportunidades para
cada criança e mais liberdade
produtiva para mães e pais.**

¹⁵ Plano Distrital de Educação 2015-2014. http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/pdf/PDE_TEXTO-BASE.pdf.

¹⁶ Censo escolar 2016. http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/censo/2016/2016_qd_pc_df_mat_ei_105_df_idade.pdf

¹⁷ <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-brazil.htm>

¹⁸ Estudo de Caracterização do Setor de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – 2016 – Sebrae/SINEPE-DF

¹⁹ Números do Ensino Privado – 2013 – FGV IBRE / FENEP

²⁰ Esse cálculo já considera inclusive o custo administrativo per capita da Secretaria de Educação. Os dados utilizados para esse cálculo são do orçamento de 2016 da Secretaria de Educação do DF.

públicas fossem cedidos à iniciativa privada nesses mesmos moldes, seria possível acabar com a atual fila de espera nas creches sem gastar um centavo a mais.

Além da pouca oferta de vagas em creches (0-3 anos), o GDF enfrenta problemas comuns a outros estados, dos quais a evasão escolar e o analfabetismo funcional podem ser citados como os maiores problemas. O Brasil apresentou no PNUD/2012, a terceira maior taxa de evasão escolar dentre os 100 países avaliados. A evasão escolar é, portanto, um grande desafio para as escolas brasileiras e, também, para o Distrito Federal.

CUIDAR DOS PROFESSORES

A folha de pagamento da Secretaria de Educação do DF tem 75,3 mil profissionais²¹. Destes, 60,1% estão trabalhando, sendo que os quase 40% demais são aposentados, pensionistas ou se encontram afastados. Entre os que se encontram ativos, 71% estão dedicados a atividades em sala de aula. Perfazem um total de 31 mil profissionais, dos quais pouco menos de 10 mil são temporários. Os demais, cerca de 13 mil, estão em atividades administrativas ou de limpeza e manutenção. Essa proporção de profissionais fora da sala de aula é excessiva e faz com que o custo da burocracia da Secretaria seja elevado, aumentando os gastos e diminuindo a eficiência da educação do DF.

Entendemos ser fundamental reforçar que, como protagonista da educação, lugar de professor é na linha de frente do ensino.

A exemplo de outras carreiras de estado, os professores da rede pública do DF não são avaliados de maneira transparente nem premiados por seu mérito.

Sabemos que uma escola pouco atrativa e professores desmotivados levam ao desinteresse do aluno em

Vamos reestruturar o magistério para que o professor tenha prestígio e condições de trabalho adequadas.

frequentar o ambiente escolar. As escolas devem oferecer menos insumos

pedagógicos e mais experiências inovadoras em sala de aula. É necessário focar no recrutamento, seleção, capacitação e alocação dos professores²².

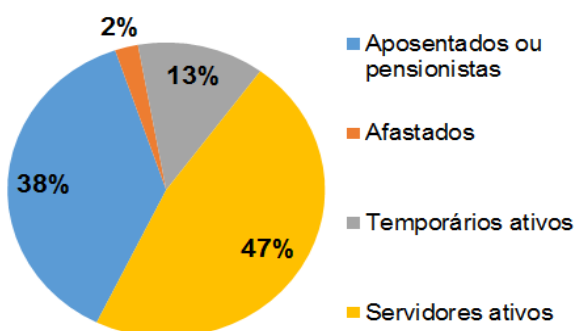
Em 2015, o Tribunal de Contas do Distrito Federal fez uma auditoria sobre a gestão da oferta de profissionais de magistério da rede pública de ensino do Distrito Federal e constatou que:

- a reposição de professores é ruim, o que deixa as salas de aula desguarnecidas;
- professores são desperdiçados em atividades burocráticas;
- o cuidado com o professor em licença médica inexistente.

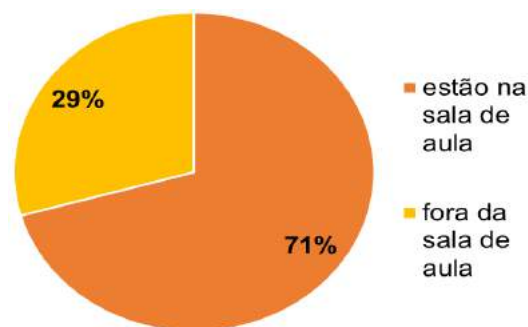
APROVEITAR O POTENCIAL DAS CRIANÇAS

O caminho certo é dar ênfase à primeira infância, pois, ao retardar a alfabetização perdemos a janela de oportunidades que está aberta nessa faixa etária. Enquanto o governo pensa para alfabetizar as crianças até os oito

Profissionais na folha de pagamento da Secretaria de Educação do DF (2018)



Trabalhadores ativos da Secretaria de Educação do DF (2018)



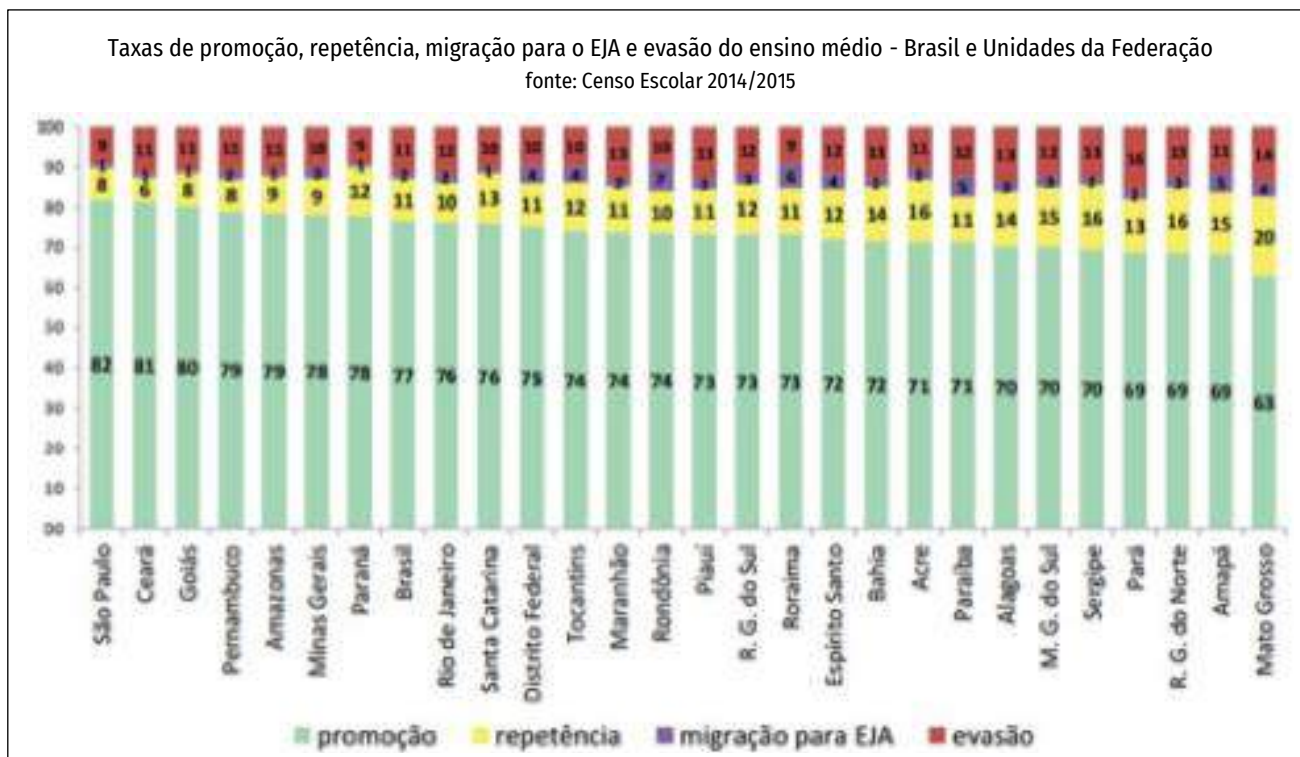
²¹ Fonte: Portal Transparência DF, com dados referentes novembro de 2017.

²² http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/auditorias#sgx_auditorias.php?PARAMETRO=edu_cultura&START=0

anos, o recomendado pela Academia Brasileira de Ciências ABC, através da Pesquisa Aprendizado Infantil, é que a alfabetização deve ser preconizada aos seis anos de idade.

CUIDAR DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

A reprovação escolar, além do risco de evasão, traz custo psicológico para a criança e custo orçamentário para o governo, pois o aluno terá que cursar a mesma série novamente. Encontramos no DF índices de evasão escolar acima da média nacional em alguns segmentos²³, apesar de termos um dos mais altos investimentos em Educação “per capita” no Brasil.



ENSINO MÉDIO TÉCNICO

A necessidade de complementar a renda familiar também é um grande motivo para a evasão escolar, principalmente no ensino médio. Com o ensino médio integrado à educação técnica, os estudantes têm melhores possibilidades profissionais ao finalizar o 3º ano, tendo em vista os conhecimentos específicos e práticos transmitidos durante os anos de ensino médio.

No Brasil, em 2014, 9% de todos os estudantes de ensino médio cursavam o ensino médio técnico. Em 2016, esse índice saltou para 12,5%²⁴. A previsão para o DF é a de abertura de 2,3 mil vagas de nível médio técnico em 2018²⁵.

ESCOLA SEGURA

Estudantes e profissionais da educação que vivem sob o impacto do medo e da incerteza quanto à sua integridade física e emocional não têm condições de aprender e ensinar. As ocorrências mais comuns no ambiente escolar são: uso e porte de drogas (32%), roubo (22%) e ameaças (11%). Quase 70% dos crimes acontecem fora da escola, geralmente perto dos horários de entrada e saída dos alunos. Detectou-se, também, que 7,1% das escolas mapeadas estão com o nível de potencialidade de risco alto. Contribuindo para essa realidade, o Batalhão Escolar tem

²³ <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/10/26/abertas-inscricoes-para-23-mil-vagas-nos-cursos-de-educacao-profissional/>

²⁴ PNAD 2014, IBGE

²⁵ <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/10/26/abertas-inscricoes-para-23-mil-vagas-nos-cursos-de-educacao-profissional/>

diminuído a quantidade de policiais nos últimos anos. Hoje, no DF, a proporção é de 1 policial para cada 3 escolas, com um contingente atual de pouco mais de 400 policiais²⁶.

INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS NAS ESCOLAS

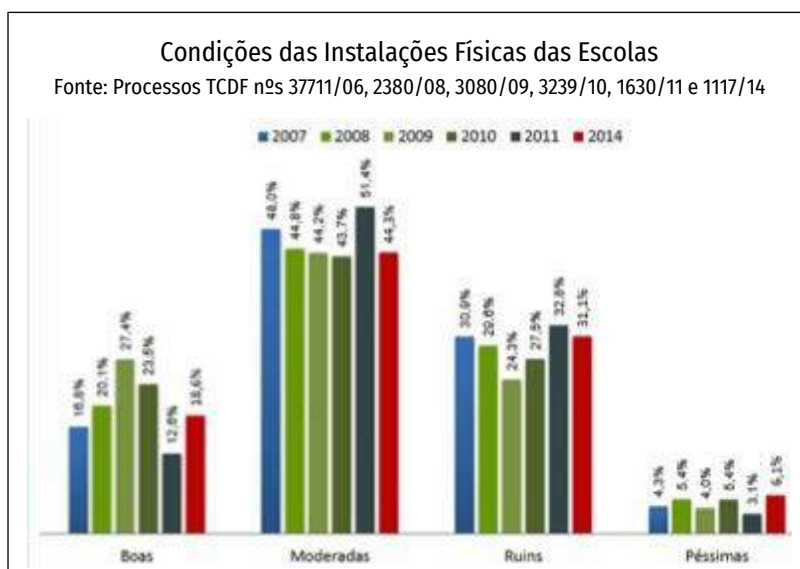
Atualmente, na perspectiva de infraestrutura, 80% das escolas públicas do DF demandam reparos moderados ou grandes, visto não ter havido esforços relevantes dos governos ao menos na última década. Foi constatado, em relatório elaborado pelo Ministério Público²⁷, que a atual gestão do GDF não realizou reformas significativas em nenhuma das 644²⁸ escolas públicas do Distrito Federal.

ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS

A realidade da alimentação e merenda escolar na rede pública do DF é que há pouca variedade de proteínas, além do que frequentemente são usadas comidas enlatadas, principalmente feijão e carne. Inadequada para a nutrição das crianças e jovens, esta condição alimentar representa um problema agravado nas escolas de período integral, onde o estudante permanece o dia todo em ambiente escolar²⁹, dependendo de solução adequada.

A falta de nutricionistas e de armazenamento de alimentos e irregularidades em contratos também estão entre os principais problemas encontrados no Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica do DF.

Além dos problemas no balanceamento e disponibilidade de alimentos, faltam também estruturas de cantinas e espaços próprios para alimentação em grande parte das escolas visitadas³⁰.



TRANSPORTE ESCOLAR

Segundo auditoria do TCDF³¹, a distribuição e oferta de vagas escolares prejudica o Programa de Transporte Escolar, gerando mais gastos com o excessivo número de alunos transportados. A gestão do serviço de transporte escolar no DF apresenta deficiências graves na definição dos beneficiários, nos procedimentos e autorizações prévias às empresas contratadas, na fiscalização e no monitoramento do serviço prestado.

O transporte escolar da Secretaria de Educação do DF é perigoso, lento e inacessível a quem tem dificuldades motoras.

ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS

Uma pesquisa feita pelo IBOPE, encomendada pelo Movimento Todos Pela Educação, em 2014, mostrou que a participação dos pais na vida escolar dos filhos é muito baixa no Brasil, estando em cerca de 12%. Tal indicador aponta a necessidade de programas que promovam o envolvimento das famílias no contexto da escola dos filhos, visto que, quanto maior a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, melhores são os resultados obtidos.

²⁶ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/com-1-policial-para-cada-3-escolas-do-df-batalhao-defende-acao-preventiva.html>

²⁷ http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/forca-tarefa/NT_005_-_EDUCA%C3%87%C3%83O_-_DEZEMBRO_2016_-_Riezo_completo_com_assinatura.pdf

²⁸ Censo Escolar 2017

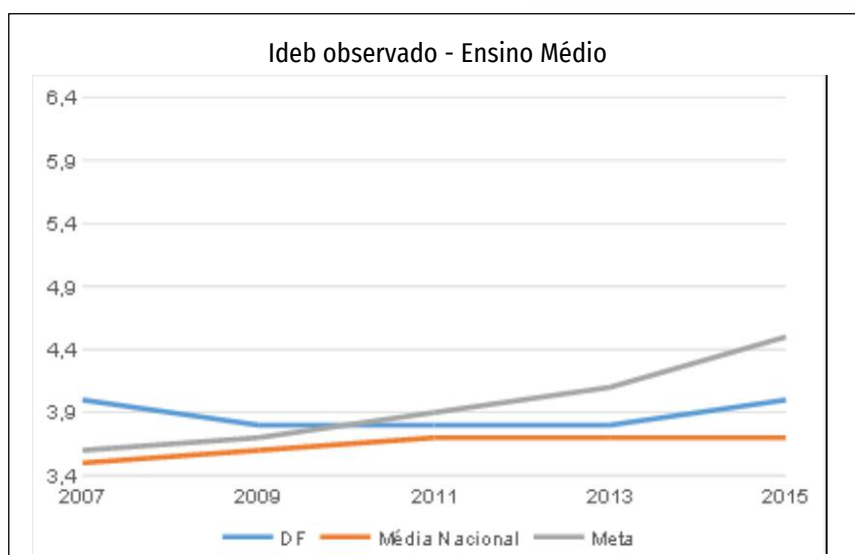
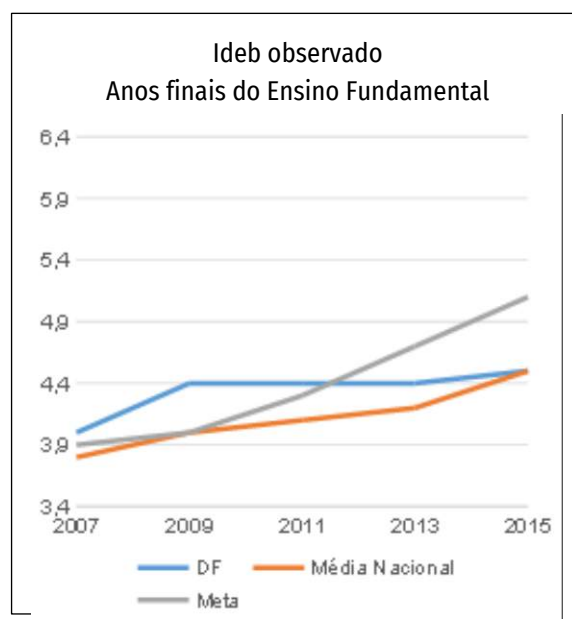
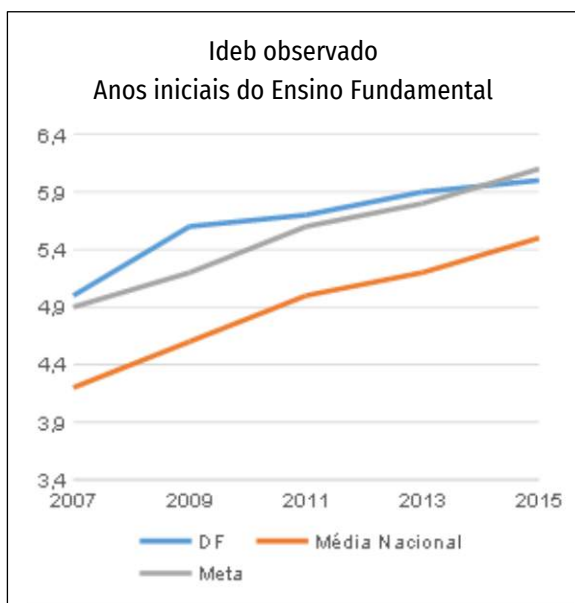
²⁹ Relatório publicado em 2017 pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

³⁰ Auditoria realizada pela CGU entre 2014 e 2016.

³¹ <http://www.tc.df.gov.br/segecex/flap/sumarios/semag/transpesc/transpesc.pdf>

RESGATE DO PREJUÍZO EDUCACIONAL

Na última avaliação do IDEB, em 2015, o DF foi uma das três unidades da federação que não alcançou a meta estipulada pelo Ministério da Educação para nenhum dos três segmentos avaliados, ficando, inclusive, abaixo da média nacional nos anos finais do Ensino Fundamental³².



PROPOSTAS E SOLUÇÕES PARA EDUCAÇÃO

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

Mais matrículas, mais creches.

- Bolsas de estudo para alunos de baixa renda, em escolas particulares parceiras, nas Regiões Administrativas onde não há vagas suficientes em escolas públicas e conveniadas;
- Aceleração na implantação de creches conveniadas, focando em regiões com maior demanda, com fiscalização e supervisão contínua da qualidade educacional oferecida.

³² http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2016/09/09/ensino_educacaobasica_interna,547940/df-sem-avancos-no-ideb.shtml

ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL

- Aceleração no processo de universalização do ensino em tempo integral em toda a rede básica de ensino, pública e conveniada, priorizando alunos de baixo desempenho e em situação de alta vulnerabilidade social;
- Oferta de atividades culturais, artísticas e esportivas no contraturno escolar.

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Fim da fila de espera nas creches públicas e conveniadas (0-3 anos);

ENSINO FUNDAMENTAL

³³Passar de ano “automaticamente” não funciona. O que a educação precisa é priorizar os alunos mais vulneráveis, com reforço, tutoria e estímulo ao desempenho.



- Alfabetização aos 6 anos de idade (1º ano do ensino fundamental);
- Fim da progressão continuada, inclusive no Ciclo Sequencial de Alfabetização (1º ao 3º ano do ensino fundamental);
- Tutoria (aulas de reforço em pequenos grupos) aos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

ENSINO MÉDIO

- Cursos preparatórios permanentes para o ENEM e PAS, para todos os alunos da rede oficial de ensino;
- Aumento no número de vagas no CIL (Centro Interescolar de Línguas de Brasília) para toda a população, estimulando a participação dos alunos da rede oficial de ensino em cursos de línguas estrangeiras.

ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

- Ampliação e expansão na oferta de vagas no ensino médio técnico profissional de acordo com a vocação local (diagnóstico de identificação das demandas de profissionais em cada RA);
- Investimento no ensino médio técnico à distância (EAD);
- Utilização de unidades escolares móveis para a educação e formação profissional;
- Realização de convênios com empresas públicas e privadas para aprendizado prático e oferta de estágio profissional supervisionado;
- Ampliação do Programa Jovem Candango, estimulando e desburocratizando a contratação de menores aprendizes.

Não basta a criança ir à escola. Ela precisa de tempo de estudo, merenda nutritiva e acompanhamento familiar

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- Fortalecimento e ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive à distância.

GESTÃO DE PESSOAS

- Informatização dos processos de gestão de pessoas, buscando a eficácia e transparência;
- Ênfase nas atividades de recrutamento, seleção e distribuição dos servidores pautados em um planejamento;
- Aumento da proporção de servidores da Secretaria de Educação alocados em atividades fim (sala de aula);

³³ <https://stressfreekids.com/29999/preschool-kindergarten-first-grade-back-to-school/> (Foto) Escola sem Estresse

- Capacitações específicas de curta duração e educação continuada para os profissionais da educação:
 - ✓ Aperfeiçoamento do Plano de Carreira
 - ✓ Criação da Carreira de Diretor Escolar

O Professor deve ser valorizado, ter recursos modernos disponíveis e estar motivado para cumprir com dignidade sua nobre função social de ensinar. Afinal, só é possível formar bons profissionais, de qualquer área de atuação, com bons Professores.

GESTÃO POR RESULTADOS

- Definição de metas educacionais e estabelecimento de bônus para as escolas, seus professores e alunos com melhor desempenho, de acordo com o resultado das avaliações do Ideb;
- Remuneração e estabilidade dos profissionais da rede pública vinculados ao desempenho, assiduidade e a outros mecanismos de monitoramento e controle;
- Maior autonomia financeira, administrativa e pedagógica para as escolas;
- Total transparência nas contas da escola.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Plataforma Interativa para acompanhamento escolar (Portal do Professor, Estudante e Famílias);
- Instalação de Internet de banda larga wi-fi em todas as escolas;
- Compartilhamento de experiência e melhores práticas pedagógicas entre os professores;
- Estímulo e mais liberdade para a realização de projetos pedagógicos com uso de tecnologia nas escolas
- Criação de ilhas de desenvolvimento de startups em escolas de ensino médio regular e profissionalizante, buscando aquecer o Empreendedorismo e a Economia Criativa no DF.

ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA

- Ampliação de vagas para os alunos da rede oficial de ensino em atividades esportivas no contraturno escolar, nos diversos estabelecimentos mantidos pelo GDF, como Complexo Esportivo Cláudio Coutinho, Ginásio Nilson Nelson, Centros Regionais de Treinamento de Alto Rendimento, entre outros;
- Investimento na realização dos Jogos Escolares do DF;
- Detecção e desenvolvimento de novos jovens talentos esportivos.

A EDUCAÇÃO, A CULTURA E A ECONOMIA CRIATIVA

- Ampliação de vagas na Escola de Música de Brasília com a implementação de novas unidades filiais em outras Regiões Administrativas;
- Estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos com a utilização de recursos teatrais, audiovisuais, artesanato, moda, design, literatura e demais vertentes artísticas e culturais;
- Investimento e ampliação de vagas nas Escolas Parque para a realização de atividades artísticas e culturais no contraturno escolar para os alunos da rede oficial de ensino.

TRANSPORTE ESCOLAR

- Descentralização do transporte escolar por RA;
- Melhor distribuição das vagas por RA de acordo com a demanda escolar para evitar grandes deslocamentos e matrículas fora da RA de origem.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- Realização das reformas necessárias nas escolas da rede pública de ensino^{34 35};
- Apoio da comunidade para monitorar a infraestrutura das escolas (Projeto Amigo da Escola);
- Otimização dos espaços escolares para aumento do número de salas de aula nas RAs onde o número de alunos é maior que o número de vagas em escolas públicas e conveniadas;
- Criação de salas de professores adequadas em todas as escolas;
- Fortalecimento das bibliotecas escolares.



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- Reformulação das Cantinas Escolares, visando:
 - ✓ A oferta de refeições (em vez de merendas secas) todos os dias da semana, com prioridade em escolas de regiões mais carentes;
 - ✓ A oferta somente de alimentos saudáveis.
- Adequação/Construção de cantinas escolares, refeitórios e despensas adequadas, em todas as escolas;
- Fiscalização contínua da qualidade da alimentação escolar;
- Incentivo ao Projeto Horta;
- Prêmio Gestor da Merenda Escolar.



VIOLÊNCIA ESCOLAR

- Aumento do efetivo do Batalhão Escolar;
- Instalação/Construção de Postos Policiais próximos às escolas com maiores índices de criminalidade;
- Convênio entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar) para gestão de escolas em regiões com alto índice de criminalidade.

PARTIDO NOVO CARTEIRA DE MEDIDAS PARA A EDUCAÇÃO:

- profissionais valorizados de um lado e cobrados por outro;
- inserção digital;
- espaço físico rico;
- merenda saudável;
- escola próxima do aluno;
- segurança especializada para proteger os alunos; e
- fundamental, FAMÍLIA inserida no processo.

PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

- Estímulo à participação das famílias no processo educativo de seus filhos;
- Abertura das escolas aos finais de semana para a prática de esportes;
- Introdução de atividades culturais na escola (abertas à comunidade), como filmes, saraus, concertos, etc;
- Criação de Postos de Apoio à Saúde Preventiva dentro das escolas para atendimento à comunidade local.

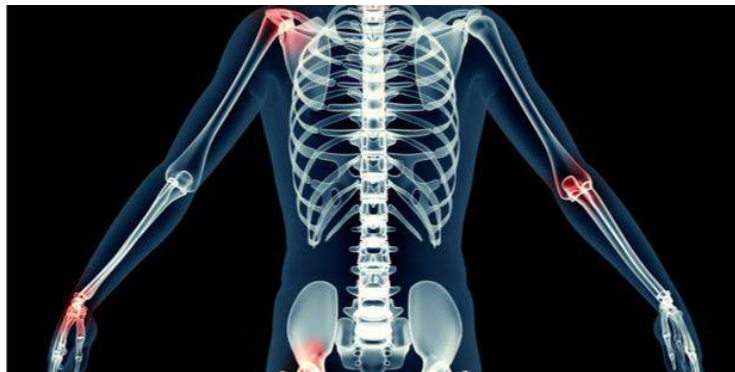
³⁴ <https://www.steelcase.com/research/articles/topics/active-learning/how-classroom-design-affects-student-engagement/> (Foto) Design da Sala de Aula afeta o Engajamento dos Alunos

³⁵ <http://michael.mrook.com/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/Rook-2015-LearningTheoryExpertise.pdf> (Foto) Sala de Aula Moderna

EXCELÊNCIA EM SAÚDE

Na dicção do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, corolário de outros direitos fundamentais insculpidos no texto constitucional, tais como o direito à vida e à liberdade, pois não há que se falar em liberdade plena na ausência da plenitude das faculdades físicas e mentais da pessoa humana, cuja existência digna é fundamento da República Brasileira.

Nesse sentido, especialistas apontam que o sistema público de saúde deve ser organizado em conformidade com o perfil da população a ser atendida, de modo a considerar o local de moradia, o gênero, o grau de instrução, o histórico familiar, os antecedentes médicos, entre outros fatores que possam interferir no diagnóstico e no tratamento de doenças, priorizando-se, invariavelmente, a parcela mais vulnerável da população³⁶.



Além disso, a Atenção Primária à Saúde, realizada em Unidades Básicas de Saúde, deve ser objeto principal dos investimentos do Governo, no bojo da Estratégia de Saúde da Família, de modo a reservar aos hospitais os atendimentos de grande complexidade e especificidade – com elevados densidade tecnológica e custo –, lógica que foi invertida no sistema público de saúde do Distrito Federal em gestões anteriores, tendo por consequência longas filas de espera, demora no atendimento, desperdício de recursos e, principalmente, a perda de vidas humanas.

PROBLEMAS CENTRAIS

O atual sistema de saúde do DF é marcado pela lógica de se “apagar incêndios”, relegando a prevenção a segundo plano, paralelamente ao foco no atendimento hospitalar – sem qualquer controle dos custos envolvidos – em detrimento das Unidades Básicas de Saúde, o que denota a desorganização e a ineficiência do sistema, de modo que os problemas mais simples e comuns, que poderiam ser resolvidos nos centros de saúde, tendem a se agravar e necessitar de atendimento especializado em hospitais, sobrecarregando ainda mais o sistema.

ORÇAMENTO DE SAÚDE NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

Um dos maiores desafios para a gestão do sistema de saúde é diminuir desperdício de recursos – equipes ociosas, medicamentos vencidos, licitações emergenciais e com preços muito superiores aos praticados no mercado, entre outros –, o que aumenta desnecessariamente os gastos e acaba por comprometer o atendimento de forma sistêmica: em suma, os recursos para a saúde, além de escassos, estão sendo muito mal aplicados.

Outro fator deve ser acrescentado a essa equação: assim como nos países desenvolvidos, a população brasileira vem envelhecendo em ritmo acelerado. No entanto, ao contrário dos membros da OCDE, nossa situação epidemiológica envolve doenças infecciosas, desnutrição, problemas na saúde reprodutiva e o forte crescimento de causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito.

Por seu turno, o Distrito Federal desfruta de uma situação um pouco mais confortável do que as demais Unidades da Federação no quesito orçamentário, tendo em vista o aporte de recursos financeiros da União por meio do Fundo Constitucional: no ano de 2017, foram destinados, na área da saúde, cerca de R\$ 1.265 por habitante, colocando o DF em primeiro lugar quanto ao montante de recursos destinados à área.

Referido quadro reforça a constatação inicial: a saúde pública do Distrito Federal necessita de um choque de gestão, com vistas ao aumento da eficiência na aplicação dos recursos orçamentários.

³⁶ <https://innovateuk.blog.gov.uk/2017/07/17/predictions-future-of-the-healthcare/> (Foto) Previsões sobre o Futuro da Saúde

O PROBLEMA DA GOVERNANÇA EM SAÚDE

O sistema público de saúde enfrenta inúmeros problemas de ordem institucional – que devem ser enfrentados para obter-se um melhor atendimento às demandas da população –, dentre os quais destacamos:

- Multiplicidade de entes sem responsabilização e sem metas factíveis: há sobreposição de competências e falta de planejamento e controle das ações em saúde;
- Ausência de dados orçamentários, contábeis e financeiros: não há disponibilidade de informações sistematizadas que possibilitem a determinação dos valores envolvidos na operacionalização das unidades de saúde, tais como os custos de cada cirurgia ou consulta médica, dificultando o papel dos gestores;
- Planejamento meramente formalista, quando existente: o planejamento em saúde, via de regra, é meramente descritivo do “status quo”, sem o estabelecimento de metas e ações de curto, médio e longo prazo.

Em consequência desse quadro caótico, a despeito de o Distrito Federal possuir a maior relação de médicos por habitante do País, bem como uma remuneração no setor público condizente com a do setor privado – que, no caso de enfermeiros, dentistas e outras categorias profissionais, encontra-se, até mesmo, acima dos valores praticados no mercado –, o sistema público de saúde do DF acaba por apresentar condições precárias de trabalho, afastando bons profissionais, principalmente médicos e especialistas altamente qualificados.

SOLUÇÕES

O ponto nevrálgico a ser atacado, qual seja, o modelo de gestão do sistema público de saúde do Distrito Federal, comporta uma série de ações a serem adotadas por parte do Governo, que passamos a apresentar a seguir. Impende ressaltar, entretanto, não se tratar de um conjunto de medidas gravadas sob o manto de cláusulas pétreas, inalteráveis, pois o constante diálogo com especialistas e com a população diretamente interessada, bem como impactos inovadores ocorridos globalmente neste setor, com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas, será marca do Governo Alexandre Guerra.



ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE

Em primeiro lugar, mostra-se fundamental a organização do sistema de saúde em níveis de atendimento, em função da complexidade, com vistas à eficiência. Nesse sentido, os níveis básicos, que comportam a maioria dos casos, devem ser priorizados pelo Governo, de sorte a restar reservado aos níveis mais elevados somente os casos que demandem atendimento altamente especializado, conforma demonstrado abaixo:

- Nível 1: autocuidado. Ações: promoção à saúde; dirimir dúvidas e desconstruir mitos populares.
- Nível 2: atendimento por fone e aplicativo. Ações: informações ao usuário; auxílio médico sem ameaça à vida.
- Nível 3: orientação profissional. Ações: informação presencial adequada por profissional não médico (farmacêutico, enfermeiro etc.); atendimento domiciliar ou em unidade de saúde.
- Nível 4: Unidade Básica de Saúde (UBS). Ações: adoção da estratégia saúde da família; atendimento de baixa complexidade e densidade tecnológica, abarcando cerca de 80% da demanda; ente central do sistema, ordenando o fluxo nos demais pontos da rede de atenção à saúde e encaminhando os pacientes para atendimento com especialistas, se necessário.
- Nível 5: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ações: ambulâncias e motolâncias para atendimentos de urgência e emergência.

- Nível 6: Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Ações: atendimento de situações agudas de menor complexidade; estabilização prévia à internação; funcionamento ininterrupto, 24h por dia, 7 dias por semana.
- Nível 7: Hospital. Ações: atendimento de elevada especificidade, alta complexidade e densidade tecnológica, abrangendo cerca de 5% da demanda. Adoção de modelos mensuráveis de parceria público-privada na melhoria e ampliação deste atendimento.

Ainda no campo organizacional, caberá à gestão observar as oportunidades de centralização ou não de funções que venham a se mostrar mais efetivas ao bem público, a exemplo do realizado no passado com a criação do Hemocentro no DF, que desonerou as diversas unidades distribuídas da tarefa e dos inerentes custos de coleta, acondicionamento e distribuição adequada de sangue e hemoderivados. Alternativas semelhantes podem ser encontradas, após a discussão com os gestores, em outras atividades da cadeia de atendimento da Saúde, como, por exemplo, no campo de Imagens.

MODERNIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

A evolução tecnológica e gerencial do setor de Saúde tem ocorrido de forma intensa em todo o planeta. Além de propiciarem maior expectativa de vida à sociedade, estas inovações tem, em muitos casos, chegado com a boa notícia de reduzirem custos e investimentos quando da sua adoção. Salvar mais vidas, a custos mais baixos, é uma fórmula que agrada a todos. Não é surpresa, portanto, que instituições federais tem aplicado relevante montante de recursos em processos de modernização do atendimento no setor de saúde³⁷.

Neste escopo, o Distrito Federal deve envidar esforços para adotar a prática de inovação racional e do paradigma digital também para as soluções disponíveis neste segmento.



Um primeiro exemplo que deve ser implementado, de forma célere, é o **Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC)**, em aderência ao programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde com o objetivo de informatizar o fluxo de atendimento realizado pelos profissionais de saúde em todo o SUS³⁸.

Nesse sentido, o PEC viabilizará uma avaliação mais precisa do histórico dos pacientes, do qual constarão informações como as consultas e os exames realizados, doenças preexistentes, entre outros, permitindo um encaminhamento mais adequado e individualizado, em conformidade com as necessidades de

cada usuário, de modo a viabilizar uma maior economia de recursos, evitando a realização de exames e procedimentos repetidos, auxiliando, inclusive, na gestão de equipamentos e medicamentos, evitando desvios e compras emergenciais.

ACOMPANHAMENTO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

É necessário acompanhar a rotina dos atendimentos e procedimentos realizados nas unidades de saúde, criar canais para ouvir as demandas dos profissionais que atuam na área para detectar os principais problemas e dificuldades por eles enfrentados no desempenho de suas funções e trabalhar ativamente no sentido da elaboração de indicadores de saúde que permitam avaliar o cumprimento de metas previamente estabelecidas.

Além disso, é preciso diminuir a carga burocrática que pesa sobre os profissionais de saúde que atuam na área fim, de modo a liberá-los para focar no desempenho específico das atividades relativas a sua área de formação: as atividades-meio devem ser, assim, desempenhadas por profissionais administrativos e gestores, não por técnicos em áreas da saúde, que são mais bem aproveitados na ponta, atendendo diretamente aos pacientes.

³⁷ BNDES lança chamada para financiamento de IoT para saúde

<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile&UserActiveTemplate=site%25252Cmobile%25252Csite&inford=47523&sid=4>

³⁸ <https://www.dicardiology.com/article/how-smartphones-and-apps-may-change-face-healthcare> (Foto) Prontuário Eletrônico

PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

O estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada é uma das principais formas para se otimizar determinados processos e atividades-meio, ao mesmo tempo em que, simultaneamente, acaba por desonerar o orçamento estatal, que, assim, pode ser destinado às áreas essenciais. Nesse sentido, dentre as possíveis parcerias a serem instituídas com o setor privado, encontra-se a gestão do estoque de medicamentos, de farmácias hospitalares e a realização de atividades burocráticas em geral, reservando o orçamento público para a construção de novas unidades de saúde e contratação de profissionais para atuar na área-fim, tais como médicos e enfermeiros³⁹.



DESONERAÇÃO PARA MEDICAMENTOS

Apesar de exemplos de sucesso em países como Estados Unidos e Canadá, onde os medicamentos de uso humano são isentos de impostos, o Brasil ainda mantém um modelo tributário onde, salvo para o caso de alguns medicamentos de uso veterinário, os medicamentos têm altas alíquotas tributárias.

Além de tentativas de desoneração no âmbito federal, especialmente em relação ao PIS e à COFINS, os Estados e o DF poderiam interferir nessa relação de mercado por meio da redução do ICMS, de competência das Unidades da Federação e principal fator tributário incidente nestes produtos.

Sabedores da situação fiscal que se encontra o DF fruto da má gestão anterior, o Governo Alexandre Guerra procurará alternativas para viabilização do alívio tributário, com atenção especial a medicamentos de uso contínuo e de alta complexidade, visando à qualidade de vida dos pacientes.

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE

É inescapável a necessidade de contratação de mais profissionais, especialmente médicos especialistas, bem como de construção de mais unidades básicas de saúde, o que pode se realizar mediante o aumento na eficiência na gestão dos recursos orçamentários destinados à saúde ao adotar-se as medidas elencadas supra.

Desse modo, dentro da lógica exposta acima, é necessário priorizar a contratação de médicos especializados em saúde da família, bem como a contratação de médicos assistentes e generalistas, que, em conjunto com os primeiros, formarão as equipes responsáveis pelo atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. Quanto a estas últimas, é preciso ampliar o número total de aproximadamente 170 para 250 UBS no Distrito Federal, mediante a construção de novas unidades, bem como do aproveitamento de espaços públicos já existentes, que poderiam vir a ser convertidos em centros de saúde com investimentos reduzidos, dada a baixa densidade tecnológica necessária para o seu funcionamento.

³⁹ <https://www.enisa.europa.eu/events/validation-workshop-for-baseline-security-measures-for-iot-first-iotsec-meeting> (Foto) Smart Healthcare

SEGURANÇA PÚBLICA E PAZ

Conforme assevera o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, consistindo em direito e responsabilidade de todos, isto é, a participação ativa dos brasileiros na manutenção da ordem e da paz representa um imperativo constitucional, cujo texto nada mais faz do que refletir uma constatação da realidade, pois há ocasiões em que o próprio cidadão tem o direito, senão o dever, de proteger-se a si, a outrem e a sua propriedade contra a ação de agressores.

Nesse contexto, observa-se que o Distrito Federal possui um tratamento constitucional diferenciado em face das demais Unidades da Federação, o que, por um lado, representa a cumulação de atribuições municipais e estaduais, e, por outro, uma autonomia parcialmente tutelada pela União, que se reflete, especialmente, na organização e manutenção do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Forças de Segurança Pública.

Desse modo, é o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, o órgão responsável por editar a legislação relativa à organização da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, reduzindo de forma significativa a autonomia do Governo local nessa matéria.

Por outro lado, em contrapartida a essas limitações, a União repassa ao DF, por meio do Fundo Constitucional, a verba necessária para a manutenção da segurança pública – bem como da saúde e da educação –, fundo, este, que em 2017 superou os R\$ 12 bilhões, representando quase um terço do orçamento total desta Unidade da Federação, fato que corrobora, uma vez mais, a maior carência do Governo do Distrito Federal nas administrações pretéritas: uma gestão profissional e eficiente dos recursos públicos, que permita a entrega de serviços adequados aos anseios dos cidadãos.

PROBLEMAS CENTRAIS

Conforme dados do ano de 2016, o Distrito Federal detém a maior relação de policiais civis por habitantes do País – 1 policial para cada 582 habitantes – e a segunda maior de policiais militares – 1 policial para cada 214 –, realidade, esta, que vem se desconstruindo em face do elevado número de baixas e aposentadorias ocorridas nos últimos anos, em paralelo com a insuficiente recomposição do efetivo, resultado da ausência de uma política regular de contratação de novos policiais⁴⁰.

Por outro lado, dados do Tribunal de Contas do Distrito Federal apontam que apenas 51% do efetivo da PMDF encontra-se nas ruas, de sorte que 35% desempenha atividades burocráticas e 14% encontra-se cedido a outros órgãos: ou seja, apesar de o DF contar com um bom efetivo policial – ainda que presente a redução observada nos últimos anos – boa parte dos agentes de segurança pública são desviados da atividade-fim, o que acarreta um sério impacto na prevenção e na repressão de crimes.

A situação é ainda mais problemática no que se refere ao sistema penitenciário do Distrito Federal: conforme dados levantados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, as prisões distritais são dotadas de 7.376 vagas, ao passo que o número total de presos ultrapassa os 15 mil, ou seja, é necessário dobrar o número de vagas do sistema para atender à demanda de encarceramento atual, de modo que a superlotação resultou, em 2017, na condenação do GDF ao pagamento de multa no valor de R\$ 1 milhão a título de danos morais coletivos em razão de uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria do DF.



Tecnologia de ponta precisa estar disponível aos Oficiais. Um efetivo capacitado e equipado se torna indutor da justiça e paz social.

⁴⁰ <https://www.techrepublic.com/pictures/creative-uses-for-wearables/> (Foto) Tecnologias Vestíveis para Oficiais da Lei

LAGO SUL E FERCAL: DUAS BRASÍLIAS

O mapa da desigualdade no Distrito Federal acentua-se quando se avalia a distribuição geográfica dos indicadores criminais: enquanto Regiões Administrativas como o Lago Sul apresentam índices de homicídios semelhantes aos encontrados em países desenvolvidos – cerca de 3 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes – outras, como a Fercal, enfrentam índices semelhantes à de países em guerra – cerca de 45 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes –, superando, inclusive, a elevadíssima média brasileira, que, em 2016, superou a marca de 30 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 2018.

Dentre as possíveis causas para esses índices negativos, encontra-se a concentração de efetivos na área central de Brasília – sede a administração pública local e federal, com dezenas de ministérios, tribunais, autarquias e empresas públicas – e o elevado contingente de policiais envolvidos em atividades administrativas e burocráticas dentro dos quartéis, conforme mencionado supra, realidade que contribui para aprofundar ainda mais o abismo existente entre as áreas nobres e as regiões periféricas do Distrito Federal.

SOLUÇÕES

A segurança pública do Distrito Federal necessita de um choque de gestão para endereçar as dificuldades encontradas pelos agentes de segurança pública no devido exercício de suas funções e para enfrentar a criminalidade que faz a população brasiliense de refém, dilapida seu patrimônio e tira-lhe a vida.

Novamente, observa-se que o principal problema é a falta de planejamento e gestão, bem como o desvio de função e a ingerência política deletéria nos órgãos responsáveis pela garantia da lei e da ordem⁴¹.



RECOMPOSIÇÃO, REALOCAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POLICIAL

É necessário adotar uma nova política de contratação, treinamento e capacitação dos profissionais de segurança pública, visando a uma constante recomposição, renovação e atualização do efetivo, sem descuidar da manutenção da memória institucional da PCDF, da PMDF e do CBMDF.

Nesse sentido, faz-se imperativo adotar, com urgência, um sistema de contratação planejado e contínuo, semelhante ao que ocorre, por exemplo, nas Forças Armadas, que realizam concursos anualmente para o preenchimento de seus quadros, o que evita a defasagem do efetivo, com largos interregnos sem contratações, como ocorre atualmente, bem como permite que os próprios candidatos estabeleçam uma rotina de preparação adequada para os certames – que envolvem provas de conhecimentos e testes de capacidade física –, tendo em vista a regularidade em sua realização, viabilizando a seleção dos melhores quadros para as corporações policiais.

Além disso, é fundamental direcionar o efetivo policial para o exercício de funções relacionadas à atividade-fim: o policial deve estar na rua e na delegacia, trabalhando para prevenir e reprimir práticas criminosas, não realizando



tarefas burocráticas e assessorando políticos. Esse novo modelo de gestão deve ser acompanhado de um intenso processo de valorização dos policiais que arriscam suas vidas, dia e noite, “correndo atrás de bandido” e protegendo a população: são eles heróis e devem ser tratados como tal, com promoções, condecorações, homenagens e bônus remuneratórios⁴². Desse modo, os policiais mais produtivos e engajados ou que realizem atos de bravura no combate à criminalidade farão jus ao seu devido reconhecimento no Governo Alexandre Guerra.

É, também, necessário reavaliar a distribuição do efetivo policial, priorizando as RAs com maiores índices criminais, e implementar uma política séria de policiamento de proximidade, especialmente em comunidades cuja população esteja submetida a uma situação de elevada vulnerabilidade, tais como Sol Nascente, Estrutural, Paranoá, entre outras, com a reestruturação dos Postos

⁴¹ <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/20/police-force-recruits-drone-manager-take-control-crime-fighting/> (Foto) Drone Policial

⁴² <https://www.portsmouthnh.com/event/modern-firefighting-firefighting-technology/> (Foto) Modern Firefighting

Comunitários de Segurança (PCS), a criação de Unidades de Polícia de Proximidade (UPP) e a aquisição de Bases Comunitárias Móveis (BCM), de modo a fortalecer, de forma progressiva e constante, a confiança da população nos agentes de segurança pública responsáveis pelo policiamento de sua região, inclusive nas áreas rurais, permitindo o acesso direto do cidadão à força policial, quando necessário.

Dentro dessa estratégia de aproximação, é prioritário, igualmente, fortalecer o Batalhão de Policiamento Escolar, com a realização de ações de prevenção ao uso de entorpecentes, à violência estudantil e à cooptação de alunos por criminosos, bem como o Batalhão de Policiamento Turístico, a fim de conferir segurança plena aos principais pontos turísticos da Capital, fomentando a entrada de divisas estrangeiras e reforçando o aspecto monumental de Brasília como Patrimônio da Humanidade.

INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO

O investimento em ferramentas de inteligência e tecnologia é fundamental para o enfrentamento da criminalidade, que, a cada dia, vem alcançando níveis de organização cada vez mais elevados, exigindo resposta à altura por parte das Forças de Segurança Pública. Nesse sentido, a integração dos bancos de dados da PCDF, da PMDF e do Judiciário, com disponibilidade para os agentes policiais em campo, inclusive por meios de identificação biométricos, facilitará a abordagem policial e possibilitará o acesso aos antecedentes do suspeito, evitando a evasão de foragidos.

Além disso, modernos equipamentos de fiscalização de trânsito, tais como câmeras de alta resolução, podem ser utilizados no combate ao roubo e furto de veículos, bem como para prestar apoio tático às operações da polícia, por meio do monitoramento de veículos em fuga. Além disso, a utilização de drones e outros equipamentos já utilizados por forças policiais federais podem auxiliar o trabalho dos órgãos de segurança do Distrito Federal, mediante a celebração de convênios entre o GDF e o Ministério da Segurança Pública⁴³.

Outra medida que deve ser avaliada e discutida com especialistas e órgãos de segurança pública é a formação integrada de policiais civis e militares, que, à parte o adestramento específico promovido no âmbito de suas corporações, receberiam instrução conjunta em disciplinas comuns à atuação policial, com o objetivo de promover uma visão holística de todo o sistema de segurança pública, bem como o fortalecimento das relações profissionais entre os integrantes da PCDF e da PMDF, modelo, este, que poderá evoluir, no futuro, para a criação de Distritos Integrados de Polícia, nos quais haverá atuação conjunta, em um mesmo espaço físico, de agentes civis e militares.



SISTEMA PENITENCIÁRIO E PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

Há mais de 2 mil anos o filósofo grego Pitágoras ensinava que é preciso educar as crianças para não ser necessário punir os homens. Entretanto, na realidade em que vivemos, ainda estamos muito longe de alcançar a façanha de extirpar a marginalidade: desse modo, o investimento em educação, que é um dos pilares do Governo Alexandre Guerra, não implica o descaso com o sistema penitenciário, cujo bom funcionamento é essencial para a aplicação da Justiça e a manutenção da paz social.

Nesse sentido, é imperativo expandir o número de vagas do sistema penitenciário do Distrito Federal, cujo déficit atualmente é de cerca de 8 mil vagas, bem como finalizar as obras de expansão do Complexo Penitenciário da Papuda, o que viabilizará a criação de mais de 3 mil vagas no Centro de Detenção Provisória. Para o atingimento desses objetivos sem o dispêndio de grandes somas de recursos públicos, propõe-se a celebração de parcerias com a iniciativa privada com vistas a construção e manutenção de presídios, a exemplo do que foi implementado em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, que vem sendo apontado como um caso de sucesso na gestão penitenciária brasileira, acompanhado de uma política de ressocialização da população carcerária, mediante o oferecimento de educação básica e cursos técnicos, visando a reduzir a reincidência criminal dos egressos do sistema.

⁴³ <http://www.hanscom.af.mil/News/Article-Display/Article/847642/aoc-improvements-in-the-works/> (Foto) Centro de Controle de Operações

GESTÃO, ORÇAMENTO, EFETIVIDADE E TRANSPARÊNCIA

ORÇAMENTO

De uma maneira geral, a receita do GDF é elevada, mas os recursos são muito mal geridos e comprometidos com a folha de pagamento. O GDF apresenta dificuldades orçamentárias desde 2013, causados principalmente pela elevação dos gastos com pessoal. A última administração tentou reduzir os gastos totais, mas mesmo assim não conseguiu melhorar os resultados. No fim de 2017, o GDF conseguiu fôlego financeiro com o uso de recursos da previdência (R\$ 1,5 bilhão), uma medida no mínimo discutível em termos de moralidade.

As perspectivas são de pouca folga orçamentária nos próximos anos, salvo se a receita tributária apresentar crescimento significativo (um cenário improvável). Assim, o novo governo dificilmente poderá fugir de uma política orçamentária pautada pela parcimônia nos gastos.

A dívida não é um problema insolúvel; já a previdência, pode se tornar. A cada ano o custo de manutenção da previdência vai aumentar, demandando ações específicas por parte da nova gestão.

O CAPITAL HUMANO DO GDF

A grande maioria dos servidores públicos ativos do GDF possui curso superior completo ou em fase de conclusão, em um total de 68%⁴⁴. Também, o número de doutores e pós-doutores, 315, é significativo. Esses indicadores colocam o GDF, em média, em patamar mais qualificado que o de outras Unidades da Federação pela dimensão de qualificação do seu quadro profissional. Entretanto, esse capital humano é muitas vezes pouco aproveitado e não há uma análise objetiva dos resultados do trabalho individual.

Grande parte da ineficiência governamental se deve descompromisso com uma boa gestão dos servidores do estado, bem como ao loteamento político decorrente de coalizões de interesse. O Governo Alexandre Guerra se propõe a valorizar e premiar os servidores produtivos e de carreira, privilegiando-os ao invés da nomeação política com interesses diversos ou espúrios, e a reavaliar as alocações, mapeando setores do governo onde existam excessos ou carências de mão-de-obra, bem como desvios entre a formação e a função do agente público, reequilibrando a distribuição do talento humano.

A EFICIÊNCIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

O DF tem 11 empresas públicas ou estatais. O acesso a balanços e resultados, bem como à produtividade dessas empresas é difícil ao público, e a efetividade de sua ação é praticamente uma caixa preta⁴⁵.

- Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN): é uma empresa pública de direito privado que tem por objetivo produzir e disseminar informações, estudos e análises econômicas, sociais, demográficas, cartográficas, georreferenciados, urbanas, regionais e ambientais sobre o Distrito Federal e sua área de influência. É uma companhia de planejamento que avalia indicadores socioeconômicos e as políticas públicas do GDF. Algumas de suas pesquisas devem ser reavaliadas, pois podem ser substituídas pelas realizadas pelo IBGE, e a companhia pode ser uma parceira no desenvolvimento de indicadores de produtividade e competitividade econômica, bem como de eficiência da gestão pública do DF;
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP): é uma empresa pública de economia mista e capital fechado (união e GDF) que gerencia as obras do governo do Distrito Federal, sendo um braço da

⁴⁴ <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/colunistas/o-perfil-dos-servidores-publicos-distritais/>

⁴⁵ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/tcdf-40-das-empresas-do-gdf-nao-cumprem-lei-da-transparencia>

secretaria de obras. Ela também é responsável por parte da limpeza e da poda urbana, dividindo algumas tarefas com o SLU;

- Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP): é uma empresa pública que funciona como agência de desenvolvimento e gestora imobiliária do patrimônio do DF. Nos últimos anos, amargou perdas pela desvalorização de imóveis como o estádio Mané Garrincha. Será reestruturada, inclusive para que se permita ao setor privado atuar em determinadas atividades do DF, além de se eliminar irregularidades como salários acima do teto que oneram de maneira excessiva e ilegal a empresa⁴⁶;
- Companhia de Saneamento Ambiental do DF (CAESB): é uma empresa pública de economia mista que desenvolve atividades na área de saneamento com vistas à exploração econômica. Ela planeja, projeta, executa, amplia, remodela, administra, opera e mantém os sistemas de abastecimento de água (coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários). Dado o imenso potencial e a demanda por saneamento do DF, a empresa seria muito beneficiada com uma capitalização pelo setor privado. Além disso, a abertura do capital da empresa contribuiria para o aprimoramento de uma boa governança, evitando a ingerência política em suas atividades;
- Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília (TCB): é uma empresa pública de transportes viários que trabalha com linhas executivas, convencionais e rurais. Demanda intensa e urgente ação gestora que vise a eliminar os desvios amplamente evidenciados em auditorias⁴⁷, como por exemplo na bilhetagem automática⁴⁸, bem como a resgatar o propósito da empresa de se promover a melhoria da eficiência e a redução de custos no transporte coletivo de Brasília;
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ-DF): é uma empresa pública que tem por objetivo planejar, expandir, operar e construir o Sistema de Transporte Coletivo sobre trilhos do DF. O Metrô do DF é, historicamente, a estatal que mais demanda repasses do GDF para manter e ampliar suas atividades. O governo Alexandre Guerra propõe a parceria público-privada da empresa para que, a exemplo do que ocorreu em diversas regiões do Brasil⁴⁹ e do exterior^{50 51}, esse repasse diminua e os benefícios para os passageiros aumentem;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (EMATER-DF): é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural que tem por objetivo promover o desenvolvimento rural do DF e entorno. Ela presta assistência técnica, treina os produtores, elabora projetos de crédito rural e cria programas de segurança alimentar e sustentabilidade do DF. O governo Alexandre Guerra vinculará esta empresa à Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado e propõe aumentar a transparência das ações da Emater de maneira a mensurar de forma objetiva seu resultado para a sociedade;
- Companhia de Desenvolvimento da Habitação do DF (CODHAB): é uma empresa pública que tem por objetivo executar a política de desenvolvimento habitacional do DF;
- Banco de Brasília S/A (BRB): é uma sociedade de economia mista e capital aberto com o GDF como maior acionista. Além do Banco de Brasília S/A, o conglomerado BRB é composto pelas empresas BRBDTVM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S/A, BRB Cartões S/A, BRB Corretora de Seguros S/A e BSB Administradora de Ativos S/A. É um banco público voltado para o crescimento econômico do DF e entorno. O governo Alexandre Guerra pretende capitalizar o banco

⁴⁶ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/07/30/justica-veta-supersalarios-e-manda-terracap-pagar-so-ate-teto-constitucional.ghtml>

⁴⁷ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/contratos-sem-licitacao-da-tcb-na-gestao-rollemborg-somam-r-18-mi>

⁴⁸ <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/controladoria-do-df-ve-possivel-sobrepreco-em-contrato-de-bilhetagem-automatica.ghtml>

⁴⁹ <https://www.bnamericas.com/en/features/infrastructure/trend-brazil-subway-rail-concession-plans-gathering-steam/?position=2009943>

⁵⁰ <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/ppp-sector/transportation/urban-passenger-transport/urban-passenger-transport>

⁵¹ Korea's railway PPP (Public-Private Partnership) Projects

<https://www.kdevelopedia.org/download.do?timeFile=/mnt/idas/asset/2016/05/02/DOC/PDF/04201605020144390077279.pdf&originFileName=KSP%2011%20Korea%C2%B4s%20Railway%20PPP%20Projects.pdf>

via mercado privado, de maneira a amealhar recursos para investimentos em áreas prioritárias em seu governo;

- Companhia Energética de Brasília (CEB): é uma sociedade de economia mista composta pela Companhia Energética de Brasília – CEB, cinco subsidiárias – CEB Distribuição S/A, CEB Geração S/A, CEB Participações S/A, CEB Lajeado S/A e Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS – e coligada às empresas Corumbá Concessões S/A, Energética Corumbá III S/A e BSB Energética S/A. A empresa tem por objetivo coordenar a rede energética do DF. O governo Alexandre Guerra entende que a capitalização da empresa via mercado aumentaria a suas possibilidades de atender bem ao povo do DF e aprimoraria a governança da empresa;
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF): é uma empresa de economia mista que tem por objetivo reduzir os custos de comercialização de produtos hortigranjeiros. Apontada como uma das empresas menos transparentes pelo TCDF, deve ter suas atividades analisadas de maneira a apresentar de maneira aberta resultados efetivos para a população do DF.

A SIMPLIFICAÇÃO DA BUROCRACIA

TRANSFORMAÇÃO DE PROCESSOS

Uma sociedade burocrática é uma sociedade voltada a regras. Nestas, a **liberdade e criatividade** tendem a ser desvalorizadas, afinal, por vezes, criatividade tende a ser uma “quebra de regras”. Quanto mais burocrática uma sociedade, mais minuciosas suas regras tendem a ser. E, quanto mais regras, normas e leis, mais restrita a regulação das relações humanas tende a ser, e menor o valor da burocracia para a vida dos cidadãos⁵².

Com isso, em um momento da história humana onde a criatividade e as relações baseadas em **confiança** tendem a ser indutores de desenvolvimento estruturais, maior o custo sistêmico de se viver e produzir – ou tentar – sob um governo burocrático.

Visando trazer o Distrito Federal para um novo momento de sua história, aliando governança e modernidade, implementaremos uma permanente revisão de processos de governo no sentido não apenas de os torna-los eletrônicos, mas de os reinventarmos digitalmente. Isso estará



aliado a um conjunto de medidas simplificadoras das relações de mercado e de conformidade, como:

- **Adoção de sistemas digitais e da Janela Única:** incorporar o Governo Digital, inclusive por meio de parcerias público-privadas e de cooperações com os Governos Federal e Estaduais, visando a resolutividade, a modernidade, a racionalidade e a consequência sustentável;
- **Aumentar a transparência de resultados dos órgãos:**
 - ✓ Construir e publicar indicadores de produtividade por órgão/ unidade;
 - ✓ Divulgação frequente de DREs e balanços patrimoniais das estatais de forma explícita e de fácil acesso;
 - ✓ Informações de interesse público podem ser passadas por vídeos ou outro formato, acessíveis via celular. O canal da população com o governador.
- **Definir claramente e publicamente os objetivos (metas) e o orçamento anuais de cada Secretaria** – O atual website do GDF apenas mostra a missão de cada Secretaria, sem definição clara de metas anuais e sem a

⁵² <https://fee.org/articles/bureaucracy-buries-the-human-spirit-with-paperwork/> (Foto) Burocracia

divulgação do responsável direto por cada ação. Assim, dada a inexistência de parâmetro ou critério, não há cobrança ou avaliação em razão da falta de referência, e o servidor produtivo se sente frustrado;

- **Automatizar o sistema de custos da administração, principalmente da educação:** Hoje não se tem controle do custo individual de cada serviço/atendimento. Não se sabe, por exemplo, em que regiões administrativas vale mais a pena manter uma creche pública ou pagar mensalidades para os alunos em creches privadas;
- **Foco em auditoria eficaz (exige automatização e construção de indicadores):** O orçamento público “per capita” do DF é grande e os servidores são muito qualificados. Entretanto, os serviços são mal prestados.
 - ✓ Checar licitações e compras com dispensa de licitação, além de pagamento de serviços sem cobertura contratual;
 - ✓ Produtividade dos servidores: obrigação e fiscalização do uso da catraca, criação de indicadores de produtividade para valorizar e premiar o servidor dedicado;
 - ✓ Convênios com Órgãos da União para obter dados e reduzir fraudes;
 - ✓ Automatização do controle de estoques, com identificação da pessoa física que o gastou (ex: paciente que usou o remédio), para diminuir fraudes.
- **Otimizar o uso dos imóveis do setor público:** Avaliar instalações de Órgãos públicos com poucas pessoas, que podem sofrer realocação para outro Órgão. Assim, reduz-se o uso de imóveis alugados.
- **Fazer levantamento de dívidas de exercícios anteriores,** que são reconhecidas ao longo do exercício financeiro e que impactam significativamente o orçamento planejado para o exercício corrente. Incluir neste levantamento os déficits por ausência de manutenção de infraestruturas e outros compromissos;
- **Fazer levantamento de cargos estratégicos** que impactam diretamente a liderança dos servidores, visando a melhora do estímulo e, conseqüentemente, da produção;
- **Fortalecimento e melhora do serviço de ouvidoria do GDF,** estimulando a participação e o envolvimento da sociedade. A fiscalização feita conjuntamente com a comunidade e os usuários dos serviços públicos é extremamente importante para a melhora do serviço público;
- **Fazer levantamento das reais causas da não execução de recursos federais oriundos de transferências voluntárias, endereçando soluções.** Exemplos: convênios/contratos de repasse, recursos do FNDE da educação, e etc. São recursos da área federal que muitas vezes são perdidos por inexecução.

AÇÃO PELA ELIMINAÇÃO DE NORMAS E EXIGÊNCIAS

- Ouvir detalhadamente as reclamações dos segmentos da sociedade e buscar simplificar e eliminar normas improdutivas.

ATIVIDADES MEIO E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

A pronta resposta é o desejo que se tem para todo processo recorrente, seja público ou privado. Para tanto, medidas de celeridade e efetividade das ações meio serão adotadas e reforçadas.

A Gestão Alexandre Guerra adotará, sempre que oportuno à melhor gestão, a centralização de atividades meio, visando a ganhos de performance, especialização, sinergia de custos, governança e indução de setores estratégicos.

- Compras Públicas;
- Logística e Gestão de Estoques;
- Gestão de Infraestruturas e Patrimônio; entre outros.

PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MERCADO

O Distrito Federal se encontra em 2018 com uma difícil realidade também no que tange à Competitividade de suas empresas e à Produtividade de sua população economicamente ativa.

No âmbito da **Produtividade**, a realidade é difícil. O último dado disponível pelo IBGE para o Produto Interno Bruto do DF é o do ano 2015, no valor de R\$ 215,6 Bilhões. Neste ano, a população economicamente ativa média do DF era de 1.510 mil trabalhadores. Com isso, temos uma Produção por Trabalhador de R\$ 142.781 ao ano. Este valor equivale a U\$ 42.877 ao ano (Dólar médio de R\$ 3,33). Comparando-se à Produção por Trabalhador dos EUA, por exemplo, que no início de 2016 foi calculada em U\$ 121 mil/ano, temos que a Produtividade do DF foi de cerca de 1/3 (35,4%) a de um trabalhador americano.

A Produtividade média do trabalhador do DF é cerca de 1/3 da de um trabalhador americano.

Já no âmbito da **Competitividade**, segundo o MDIC de 2016, apesar de ser uma cidade com economia predominantemente formada pelo setor de Serviços, o Distrito Federal exportou apenas por volta de U\$ 220 milhões por ano, basicamente em derivados de Frango e Soja. Já as importações somaram mais de U\$ 1.7 bilhões em 2016, composta por produtos e serviços diversos, especialmente na área de Fármacos e Saúde. Ou seja, **o DF importa quase 8 vezes mais do que exporta!**

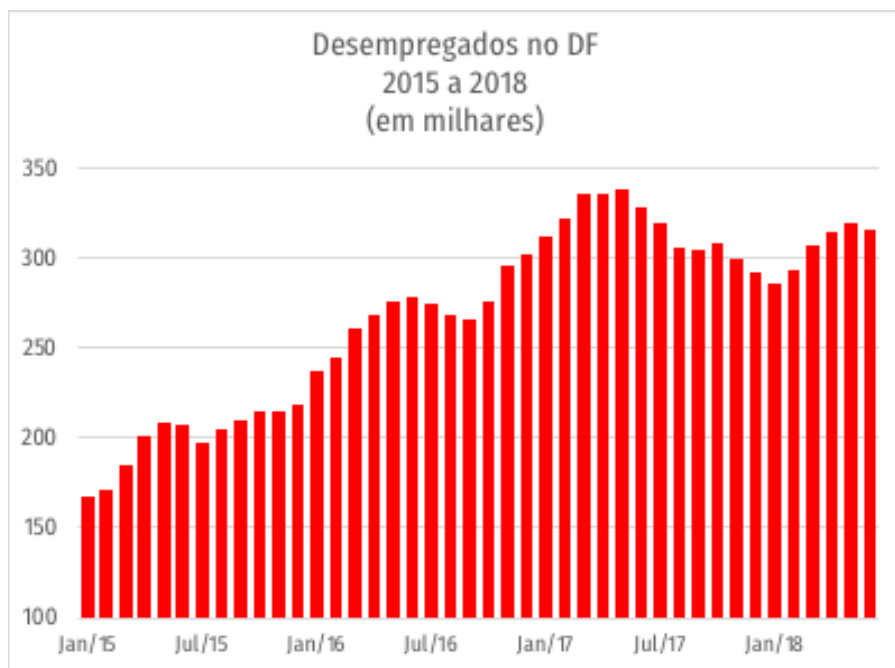
Um cruzamento muito relevante entre os dados acima ainda aponta que o Distrito Federal, apesar de contar com amplo leque de representações internacionais por meio das Embaixadas e Instituições multilaterais, é uma **economia bastante fechada ao comércio exterior**, visto que sua corrente de comércio (Importações + Exportações) soma **menos de 4% do seu PIB**, demonstrando a enormidade de oportunidades desperdiçadas neste escopo.

Com o propósito de trazer mais Produtividade e Competitividade ao mercado do Distrito Federal, ou seja, elevando a **eficiência produtiva** da região, o Governo Alexandre Guerra se dedicará aos temas que detalhamos a seguir:

EMPREGO

A última gestão conseguiu dobrar o número de desempregados no Distrito Federal. Passamos de pouco mais de 160 mil em janeiro de 2015 para uma ordem de grandeza de 320 mil desempregados na metade do ano 2018⁵³, conforme dados do Dieese no gráfico ao lado. Um efeito sistêmico pernicioso de políticas equivocadas que não resultam em desenvolvimento, e que vem arruinando as perspectivas de progresso das famílias do DF.

Além desta realidade conjuntural, temos ainda a persistência da divergência entre o local de



⁵³ <https://www.dieese.org.br/analised/2018/201805pedbsb.html>

moradia e o local de trabalho no Distrito Federal. Enquanto a região central da metrópole concentra cerca de 9% dos seus moradores, esta detém praticamente 50% dos empregos formais. Ou seja, Brasília tem, diariamente, um fluxo migratório enorme nos deslocamentos moradia-trabalho-moradia, que impacta negativamente a produtividade e a qualidade de vida urbana.

Promover a Renda e a Dignidade dos indivíduos e das famílias por meio da Empregabilidade. Esta é a **principal atenção do Governador Alexandre Guerra**. E a forma de reverter o caótico cenário de desemprego no DF ocorre por meio do empreendedorismo, sendo que, de forma imediata, a gestão dedicará esforços descentralizados por todo o DF nas seguintes dimensões:

- Infraestrutura – Ação imediata e crítica de revitalização de pontes, viadutos, prédios públicos e equipamentos urbanos, recuperando o déficit infraestrutural e impactando o emprego e a renda sistêmicos;
- Turismo – Estabelecimento imediato de Ação público-privada no sentido de potencializar a vocação de Brasília como destino turístico, ativando a economia local por meio dos segmentos de hospitalidade – restaurantes, hotéis, eventos, museus, etc;
- Tecnologia da Informação – Remodelagem das políticas e práticas locais para criar atratividade no ambiente de negócios do DF para este setor, que, além de gerador intensivo de mão-de-obra de alta qualificação, promove a competitividade e produtividade sistêmica em todo o restante da economia;
- Investimentos e Parcerias – Estabelecer o Escritório de Parcerias no âmbito do GDF, aglutinando esforços da Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado, da TERRACAP e do BRB;
- Ambiente de Negócios – Reduzir burocracias e incentivar a atração de investimentos para aumento do número de empregos privados.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS E FORMALIZAÇÃO EMPRESARIAL

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E MEI

Pela primeira vez na série histórica, os dados da Receita Federal sobre empresas formalizadas no Distrito Federal apontam uma **QUEDA média de 2,5%** no número de empresas enquadradas no Simples Nacional (incluindo os Microempreendedores Individuais), quando comparamos mês a mês os anos de 2017 e 2018. Trata-se de triste estatística, visto que a população economicamente ativa cresceu neste período, e o emprego diminuiu no mesmo período. Com isso, verifica-se que mais trabalhadores do DF estão optando pelo subemprego e pela atividade informal para buscar sua sobrevivência.

O crescimento no grau de informalidade no mercado de trabalho da cidade está se refletindo em ocupação por ambulantes e comerciantes irregulares, inclusive em instalações precárias e em não-conformidade com o Patrimônio da Humanidade, e com exigências legais nos aspectos de saúde pública, fiscal, meio ambiente, segurança e outros.

Trata-se de situação crítica, a ser resolvida com políticas efetivas de Inclusão Empresarial, Formalização e Regularização de atividades, Capacitação Gerencial, entre outras.

SIMPLIFICAÇÃO E ATRATIVIDADE

Contando com a especificidade de que a Junta Comercial do DF é diretamente ligada ao Governo Federal, enquanto monitora a garantia de um ótimo padrão de desempenho deste órgão federal, Brasília pode concentrar sua atenção nas ações de desburocratização acessórias e subsequentes ao registro mercantil, como por exemplo: alvarás, habite-se, licenças, etc.



Além disso, cabe suprir importante vácuo na estrutura de governo do DF: a ausência de um núcleo específico para o acolhimento de potenciais investidores, bem como a facilitação da realização efetiva destes investimentos no DF⁵⁴. A promoção de interlocução clara e efetiva entre os empreendedores e o GDF, com clara estratégia de comunicação, informação estruturada, transparência nos processos e regras para investimentos, entre outros, é razão essencial para a atração de empresas e geração de negócios, investimentos e empregos na região.

Portanto, no escopo do Ambiente de Negócios e da Formalização Empresarial, as seguintes ações imediatas são propostas:

- **Criação da Sala do Investidor**, com tratativas organizadas, proativas e efetivas de apoio na atração e implantação de novos investimentos produtivos no DF, tanto para os empreendedores locais, quanto os de outros estados brasileiros ou outros países;
- Implantação de **métricas individuais** de medição de prazos aos agentes públicos responsáveis por procedimentos burocráticos nos processos de atendimento empresarial – registros, licenciamentos, regularizações, recolhimentos, impostos, fiscalizações e etc – visando melhoria do ambiente de negócios;
- Implantação e/ou modernização de **processos digitais de interação e atendimento empresarial com identificação do agente público responsável** visando autosserviço, janela única de tratativas e melhoria do ambiente de negócios;
- **Plano de regularização e ordenamento do comércio ambulante**, resgatando a conformidade no ambiente de negócios do DF;
- **Revitalização de áreas novas e existentes regularizadas para feiras, coworking, comércio de vizinhança e ambulante e cooperativas** que propiciem adequados ambientes produtivos para instalação temporária, sazonal e/ou permanente dos empreendedores, bem como ao atendimento conveniente de seus clientes.

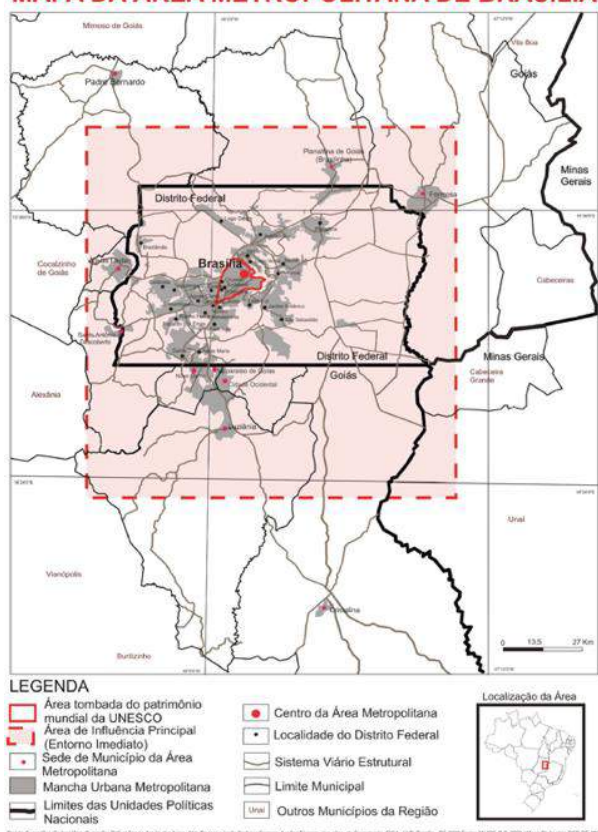
⁵⁴ <https://www.thebalance.com/are-long-term-or-short-term-investments-better-2385918> (Foto) Investimentos

SINERGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Área Metropolitana de Brasília pode ser caracterizada por aglutinar três perspectivas concomitantes em um conglomerado urbano:

- A Cidade Cosmopolita e Internacional – composta por embaixadas e representações institucionais de entidades globais, que compõem agendas temáticas de cunho governamental, empresarial, cultural, ambiental e social com repercussões no Brasil e exterior;
- A Cidade Administrativa e Nacional – composta pelas esferas de poder federal – executivo, legislativo e judiciário – bem como as atividades públicas e privadas correlatas a estas que aglutinam imprensa, empresas, autarquias, paraestatais, e a interatividade permanente com instâncias estaduais e municipais de governo de todo o país, promovendo intensa agenda de atividades na capital federal;
- A Cidade Cotidiana e Carente – composta por todas as Regiões Administrativas do DF, acolhendo todos os seus habitantes, suas atividades mercantis e de serviços, bem como seu cinturão de imigração oriundo da RIDE e de outras regiões demandando suporte e apoio em saúde, educação, emprego e etc.

MAPA DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

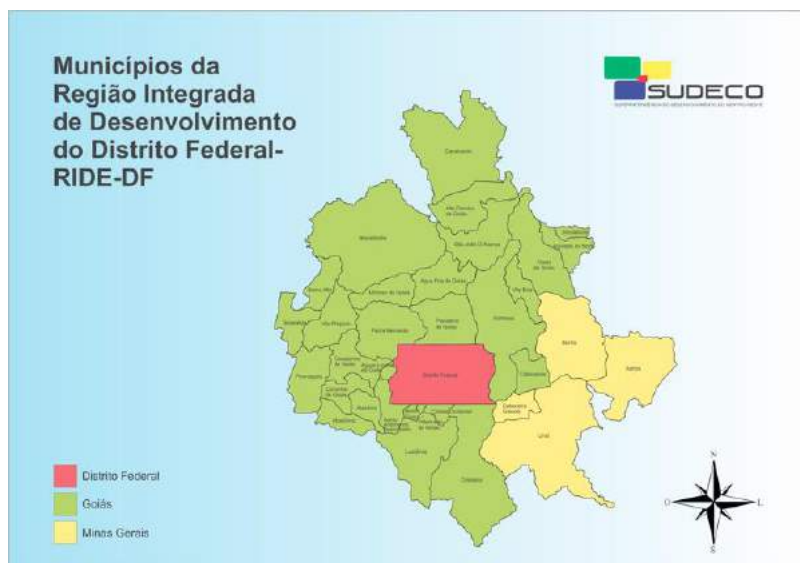


O Governo do Distrito Federal (GDF) tem, por premissa, o papel de orquestrar o bom convívio dessas perspectivas entre si, e potencializar as oportunidades proporcionadas por essas. Porém essa premissa nunca foi plenamente atendida, sendo que mais recentemente foi praticamente abandonada.

RIDE

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – é constituída por:

- Distrito Federal;
- Municípios do Estado de Goiás - Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício;
- Municípios do Estado de Minas Gerais - Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai.



A RIDE ocupa uma área de 94.570,39 quilômetros quadrados (semelhante à Hungria), com uma população de cerca 4,5 milhões de habitantes (semelhante à Nova Zelândia). Em 2015 seu produto interno bruto foi de R\$ 239,8 Bilhões,

tornando-a, em razão da presença do DF, a terceira região mais rica do Brasil, ainda que a região não siga os mesmos parâmetros técnicos de organização espacial de outras regiões do país. I. Isoladamente, o Distrito Federal tem PIB menor apenas que a Mesorregião Metropolitana de São Paulo e a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro.

O DF concentra 89,90% do PIB da RIDE, preponderando no setor de serviços, mas tem participação expressiva também nos demais setores, apresentando o 10º maior PIB industrial e o 16º maior PIB agropecuário entre os municípios brasileiros segundo dados do IBGE.

Em razão da recriação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), a RIDE passou a ser administrada por esta a partir de 2009.

Trata-se, seja pela vertente da geração de emprego no Entorno do DF, seja pelo potencial de implantação de plataformas agroindustriais, minerais e turísticas, importante fator de interação entre o GDF e o Ministério da Integração/SUDECO, no sentido de ampliar as exportações, a geração de riquezas e a prosperidade de toda a região.

Para tanto, estreita atuação conjunta será proposta pelo Governo Alexandre Guerra ao Governo Federal, bem como junto aos Governos Estaduais e Municipais que compõem a região, nesta perspectiva de desenvolvimento e prosperidade regional. Perpassar, sempre que pertinente, as iniciativas de desenvolvimento produtivo e competitivo do DF para a AMB e para a RIDE potencializará as oportunidades e os resultados para todos, exponencializando os ganhos sociais para a região.

EIXO BRASÍLIA – ANÁPOLIS – GOIÂNIA

O Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia está localizado no Centro-Oeste e abrange a região entre as regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília, a cidade de Anápolis, e seus arredores. Nas últimas cinco décadas, esta é uma das regiões que mais cresceram economicamente no Brasil⁵⁵. Anápolis abriga, desde 1976, o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, o qual evoluiu para se tornar, atualmente, o maior polo farmoquímico da América Latina, além de abrigar indústrias alimentícias, têxtil, automobilística, de adubos, de materiais para construção, e de possuir um porto seco. É um polo de agregação de valor à produção agropecuária e mineral da região.

Dentre as cidades existentes na região pode-se destacar além das três cidades já citadas e as Regiões

Administrativas do Distrito Federal: Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Trindade, Abadiânia, Alexânia, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Formosa. Com um PIB de mais de R\$ 270 bilhões⁵⁶ e uma população próxima a 7.500.000 habitantes (RIDE + Grande Goiânia), projeções indicam que essa região estará, dentro de algumas décadas, totalmente conurbada, formando uma megalópole no centro do Brasil.

Nesta perspectiva, discute-se, desde a década de 90, um projeto de criação de uma linha férrea de média velocidade integrando o eixo, em conjunto com a via rodoviária BR-060, já integralmente duplicada. Este projeto teve, inclusive, atenção da ANTT em 2016 quanto à sua viabilidade de implementação⁵⁷. Confirmando-se a viabilidade desta linha férrea, a gestão buscará mecanismos de atração do investimento privado para este projeto.



⁵⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Eixo_Goi%C3%A2nia-An%C3%A1polis-Bras%C3%ADlia

⁵⁶ <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Eixo-Brasilia-An%C3%A1polis-Goi%C3%A2nia.pdf>

⁵⁷ <http://abar.org.br/antt-convida-a-populacao-a-discutir-criacao-de-trem-entre-brasilia-e-goiania-o-expresso-pequi/> (Foto) traçado sugerido para a conexão férrea Brasília - Goiânia

ALAVANCANDO VOCAÇÕES DO DF

Seja como Capital Federal, seja como cidade utópica e cosmopolita concebida de forma diferenciada da grande maioria das demais metrópoles do planeta, Brasília tem condições humanas, sociais, educacionais, culturais e estruturais de promover campos vocacionais únicos e que beneficiam transversalmente a todos os segmentos da economia.



Esta unicidade é fator de alavancagem da Competitividade empreendedora para o Distrito Federal. A composição de um Mapa Vocacional da metrópole, em convergência com os indutores de competitividade destas vocações – pesquisadores, formadores de talentos, disponibilizadores infraestruturais, entre outros – será instrumento basilar de trabalho no impulso de cadeias produtivas mais fortes, competitivas e produtivas.

As principais vocações empreendedoras que serão impulsionadas no Governo Alexandre Guerra são:

- Tecnologia da Informação e o Paradigma Digital
- Turismo, Hospitalidade e Varejo
- Cultura e Economia Criativa
- Plataforma Logística e de Internacionalização

POTENCIALIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO DIGITAL

Em 2017, o mercado global de Tecnologia da Informação e Comunicação movimentou US\$ 3,55 trilhões, sendo US\$ 105 bilhões somente no Brasil, que ocupa o sexto lugar no ranking mundial. Brasília, em razão da presença do Governo Federal, demandante intensivo de tecnologias, tem vocação estratégica no provimento de soluções digitais para todo o país e também para exportação.

Entretanto, este segmento que já contou com mais de mil empresas ativas no DF, vem sofrendo com desvantagens comparativas a outras regiões, bem como a falta de sensibilidade por parte do Governo local em cooperar para sua competitividade e alavancar seu desenvolvimento, contando hoje com cerca de 700 empresas ativas e um volume de colaboradores da ordem de 30.000 profissionais de alta qualificação.

Poderia ser bem maior, gerando empregos qualificados, desenvolvimento sistêmico e modernidade para os setores público e privado da região. Para tanto, o Governo Alexandre Guerra propõe as seguintes iniciativas:

- Resgatar o plano original do **Parque Capital Digital**, focando suas atividades especificamente no ecossistema produtivo Digital, promovendo instrumentos transparentes e mensuráveis de parceria público-privada para a ocupação voltada a resultados de desenvolvimento, inovação e emprego, e incluindo a representação empresarial do setor de TI no Comitê Gestor do Parque;
- Discussão pública sobre o Macroplano de compras públicas para a transformação digital do Governo do Distrito Federal, colhendo para o GDF sugestões públicas e transparentes por parte do setor empresarial e acadêmico da capital, e tornando público os objetivos, orçamentos e prazos para cada onda de contratação e implementação, bem como dando transparência ao seu acompanhamento. O Macroplano deverá contemplar, ao menos, duas perspectivas do paradigma Digital:
 - ✓ GDF Digital – Transformação do Governo Analógico e do Governo Eletrônico em um Governo Digital (conforme detalhado anteriormente neste Plano de Governo);

- ✓ Cidade Inteligente – adoção de tecnologias racionais para evolução estrutural da urbe com a incorporação de sensores, Internet das Coisas, drones, nuvem de dados e outras plataformas digitais para melhoria do trânsito, da segurança pública, do saneamento, da gestão energética, da iluminação pública, entre outros;
- Equalização tributária para reequilíbrio competitivo do setor produtivo digital no DF, seja por meio do equacionamento de alíquota harmonizada de 2% para o ISS, ou por meio de crédito tributário e/ou rebate de IPTU pela geração de patentes, exportações e/ou empregos no DF;
- Estruturação de calendário plurianual de editais da FAP/DF voltados ao fomento da inovação, tanto desenvolvidas por empresas maduras, quanto por empresas jovens de TI, com as especificidades adequadas a cada perfil;
- Criação do Selo e da Premiação “**Capital Digital**” voltados a Inovações Aplicadas e Transformação Digital de processos governamentais, reconhecendo as empresas e soluções desenvolvidas em Brasília que promovam evoluções e benefícios à sociedade.

TURISMO

Brasília continua sendo um dos principais destinos de negócios do Brasil. Entretanto, falha em aproveitar o enorme potencial do seu aeroporto, ampla rede de hotéis, diversidade de restaurantes, pluralidade de atrações – lago, entorno, estrutura para eventos e shows, etc. O GDF gere mal seus equipamentos urbanos (centros de convenções, monumentos cívicos, etc.). Com isso, o faturamento do setor turístico da cidade se mantém distante do desejável.

Acreditamos na possibilidade de aumento relevante do fluxo de turistas na cidade, bem como no estímulo da permanência média do turista na região, o que na gestão de Alexandre Guerra à frente do GDF passará a ser prioridade. A partir do forte turismo de negócios, já existente em razão da presença do Governo Federal, a potencialização do turismo de eventos, shows, final de semana, gastronômico, entre outros, é meta a ser perseguida.

A cidade já provou globalmente sua capacidade em receber eventos de porte internacional, e, além disso, dada a presença das representações diplomáticas, pode sonhar em adicionar um perfil de turismo de valor agregado, como o turismo arquitetônico, o de museus e teatros, o esportivo, o místico e o ecológico⁵⁸.



Portanto, é adequada a definição do posicionamento competitivo e estratégico, o estímulo à parceria público-privada, a evolução contínua dos serviços e da infraestrutura ao turista, a atuação sinérgica com a transversal de Cultura e Economia Criativa potencializando o artesanato e o talento como atrativo turístico, a promoção de campanhas nacionais e internacionais, eventos e sinalização turística, tornando Brasília capaz de aumentar tanto a atração de turistas, quanto o seu gasto médio por viagem à cidade.

PROGRAMA BRASÍLIA CAPITAL DO TURISMO

O Programa Brasília Capital do Turismo é estruturado em quatro vetores de ação:

- i. Melhoria do ambiente do DF para o turismo: investimentos na infraestrutura de apoio ao turismo (hospitalidade, serviços, sinalização, informação, postos de atendimento) e fomento à atividade turística (consolidação do calendário de eventos, lançamento do programa de inovação para o Turismo);

⁵⁸ http://ttnotes.com/tv-tower-2.html#gal_post_64533_tv-tower-bras%C3%ADlia-6.jpg (Foto) Ponte JK

- ii. Realização de campanhas de promoção da região: participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, realização de campanhas publicitárias em origens potenciais de turistas no Brasil e exterior, investimento em material promocional;
- iii. Pesquisa subsidiária e definição do posicionamento estratégico de turismo de Brasília;
- iv. Seguindo o posicionamento definido, apoiar o estabelecimento de iniciativas, eventos e marcas convergentes com a estratégia. Exemplos: estímulo a uma noite adicional e “stop-over” ao turista de negócios; estímulo “traga sua família” ao turista de negócios; estímulo a “Brasília Gastronomia Global”; etc.

Consequências e Resultados Esperados:

- Melhoria da imagem de Brasília no país e no exterior;
- Aumento do número de turistas no DF;
- Aumento do faturamento do trade turístico no DF;
- Atração de novos investimentos e Geração de empregos no setor.

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Cultura é Arte, é Educação, e é Desenvolvimento. E pensar a Capital Federal sem uma visão estratégica para a Cultura é inconcebível no momento político vivido pelo Distrito Federal. Entretanto, segundo dados do GDF, há hoje apenas 22 mil pessoas atuando neste segmento no Distrito Federal, ou seja, em torno de apenas 1,5% do mercado de trabalho local, o que é muito pouco para uma metrópole com tanto potencial, e que é caixa de ressonância de informações para todo o Brasil e até mesmo o exterior.

Brasília, desde de sua idealização, passando por seu projeto, sua construção e sua formação identitária sempre esteve atrelada aos conceitos e concepções de Cultura.

Do design dos seus traços, ao patrimônio urbanístico, abraçando música, teatro, audiovisual, moda, artesanato, arte urbana, dança, artes plásticas, o Distrito Federal sempre se mostrou uma fonte de talentos e berço de vários artistas de renome que ganharam o país e o mundo. Todavia esse potencial criativo que se expandiu para outras áreas da economia não conseguiu atingir o nível de desenvolvimento esperado para a vertente econômica em que a Cultura tem suas áreas estratégicas incluídas: a Economia Criativa⁵⁹.



Nesse sentido, a Cultura ganha uma abordagem prioritária no Governo Alexandre Guerra, tanto como pilar do Desenvolvimento, quanto como pilar de evolução Educacional aos estudantes do DF. A abordagem tem as seguintes premissas:

- IDENTIDADE – Uma das mais valiosas contribuições da cultura nos ensina a perceber e valorizar os diversos modos de fazer, pensar, se expressar e viver o mundo. O desenvolvimento é um fenômeno e uma escolha cultural. Logo, cada sociedade precisa construir seu projeto de desenvolvimento a partir de seus próprios sonhos, objetivos e meios, ou seja, respeitando sua própria identidade;
- DESEMPENHO – Os setores culturais e criativos têm demonstrado um excelente desempenho econômico, com frequência, superior às atividades tradicionais da economia. Também são responsáveis por significativo impacto na arrecadação tributária, incremento na infraestrutura, geração de emprego e renda

⁵⁹ <https://pixabay.com/pt/guitarra-m%C3%BAscas-homem-jogar-869217/> (Foto) Música

(com salários superiores à média nacional no Brasil), alto efeito multiplicador (capacidade de gerar reinvestimentos) e fortalecimento de cadeias de valor, como por exemplo as ligadas ao turismo. Perfis envolvidos com as cadeias produtivas culturais se estendem desde artistas, produtores, fornecedores, empresários, até chegar ao público consumidor;

- **VALORES SOCIAIS** – O processo de desenvolvimento depende do conjunto de valores estabelecidos na sociedade. Tais valores orientam aspectos estruturantes de uma comunidade, que vão desde o funcionamento das burocracias até o comportamento consumidor ou poupador dos indivíduos. Além disso, os valores acabam definindo também os próprios objetivos do desenvolvimento. A Cultura, nesse contexto, é uma importante fonte de preservação, transmissão e transformação de valores da sociedade;
- **SUSTENTABILIDADE** – Os setores culturais e criativos também são conhecidos pelo baixíssimo impacto ambiental. Fazer um filme, escrever um livro ou compor uma música não demanda grande consumo de insumos naturais, nem grandes estruturas físicas, e tampouco gera quantidades volumosas de resíduos. Pelo contrário, muitas vezes a sustentabilidade é o fator de geração de valor de produtos e serviços (caso da moda, artesanato, design, etc.);
- **CONFIANÇA** – Os laços de confiança, tolerância e empatia entre os membros de uma determinada sociedade podem favorecer o bom funcionamento das instituições e do mercado em geral. Esse conjunto de elementos também é chamado de capital social. A cultura, enquanto complexo de fatores que ajuda a moldar os hábitos, os indivíduos e comunidades, tem direta influência no capital social;
- **TRANSVERSALIDADE** – A Cultura também se tornou um eixo estratégico de desenvolvimento dada a sua transversalidade com diversas políticas públicas (de Saúde, Urbanas, Educacionais, etc.). Políticas culturais são reconhecidas pelo seu alto grau de externalidades positivas.

Assim, a Cultura deve ser tratada como um meio, um ambiente fértil para a promoção do desenvolvimento, sendo fundamental entender que ela é, antes de tudo, um direito de todos os cidadãos. Políticas que transformem este arranjo produtivo serão implantadas, incorporando Inovação, Investimentos e

Empreendedorismo a este segmento em todas as regiões administrativas, estimulando e consolidando polos de produção locais e a exportação de nosso talento em forma de Turismo, Filmes, Peças, Músicas, Estilo e outros.

Também, no campo do Design o Governo Alexandre Guerra estruturará ações de promoção de Brasília como polo de produção do Design, reunindo os talentos do Design criativo, Design técnico, Design arquitetônico, Design artístico e outras vertentes, e fomentando externamente a atração de clientes e parceiros para este polo.

As ações propostas neste escopo são:

- Viabilizar, de imediato, a reabertura do **Teatro Nacional** e da **Concha Acústica**;
- Integração da Concha Acústica ao projeto conceitual chancelado por Oscar Niemeyer do **Parque do Talento Empreendedor (PTE)**, para atividades intermitentes de Empreendedorismo Criativo e Cultural antes da estruturação física do PTE;
- Criação do Mapeamento “Brasília Criativa”, aglutinando o setor;
- Estabelecimento da “Film Commission” de Brasília;
- Apoio a iniciativas de aquecimento da Economia Criativa no DF, como cursos, seminários, exposições, festivais e afins que funcionem como uma plataforma de debate, divulgação, capacitação e profissionalização do setor, e a criação de um núcleo para capacitação e atração de investimento em projetos;



- Implantação do Programa “Design Distrital”, aka “**DFSIGN**”, com ações estruturantes para as cadeias produtivas correlatas ao Design, bem como premiação anual promovida pelo GDF e parceiros representativos, celebrando os melhores projetos do ano no Design;
- Implantação do Programa “Narrativas Criativas”, com ações estruturantes para as cadeias produtivas correlatas ao Cinema, Literatura, Dramaturgia e Roteirização, bem como reconhecimento de excelência;
- Estabelecimento de Indicadores de Desempenho para a Economia Criativa do DF.

EPICENTRO LOGÍSTICO

Em 1892 partiu do Rio de Janeiro uma expedição rumo ao interior do Brasil com uma missão desafiadora: demarcar a área a ser reservada para a construção da futura Capital do País. Essa missão, que ficou conhecida pelo nome de seu líder, o astrônomo Louis Cruls, foi responsável por lançar a pedra fundamental na área que hoje abriga o Distrito Federal.

A ambiciosa empreitada, como é sabido, concretizou-se, apenas, mais de meio século após o encerramento da Missão Cruls, com a construção de Brasília, fato que marcou o processo de interiorização do desenvolvimento econômico e humano brasileiro, cujo progresso, anteriormente, circunscrevia-se, basicamente, ao litoral.

Assim, inspirado pela ambiciosa epopeia que levou à fundação de Brasília, desde sua concepção, ainda no século XIX, até sua construção, em meados do século XX, o Governo Alexandre Guerra defenderá a realização de mais um salto em direção ao processo de interiorização do progresso em nosso País: a consolidação do Distrito Federal como epicentro logístico do Brasil, mediante a integração rodoviária, ferroviária e aeroportuária em um “hub” multimodal, inspirado nos mais modernos complexos do tipo existentes no mundo.

O dínamo desse projeto é a potencialização da infraestrutura multimodal já convergente para o Distrito Federal, com políticas de revitalização das unidades produtivas existentes - a exemplo do Polo JK e do Porto Seco - e estimulando o estabelecimento de novas operações de empresas, especialmente as voltadas ao Comércio Eletrônico e à Logística de Pacotes, em um complexo produtivo que, a partir de Brasília, poderá atender a todo o Brasil com conveniência, celeridade e competitividade de custos. Equipamentos relevantes, a exemplo do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, ganham importância e participam desta iniciativa, promovendo conceitos como o de “Cidade Aeroportuária”, ativando o transporte de passageiros e de carga interoperável ao complexo logístico-industrial com integração aos modais rodoviário e ferroviário.

Operando no beneficiamento, transformação e exportação de produtos de alto valor agregado e de perecíveis, tais como medicamentos, eletrônicos, equipamentos de aviação, bem como frutas, verduras e outros produtos agrícolas que demandem agilidade em sua distribuição, o complexo será um vetor de geração de empregos, renda e competitividade sistêmica a toda a região, inclusive em sinergia com o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia na dimensão de cargas de maior porte, nos fármacos e na agroindústria.

Esta iniciativa propicia, ainda, um lócus de inovação⁶⁰ para novos modelos de logística de curta distância,



⁶⁰ <https://www.frankfurt-holm.de/de/holm-und-fraunhofer-impl-erarbeiten-studie-zukunftsbild-logistik-und-mobilitaet-hessen-2035> (Foto) Logística em Evolução – Estudo do Fraunhofer Institut für Materialfluss und Logistik IML

atendendo ao aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília, onde os setores privado e acadêmico poderão implementar novos paradigmas para o transporte de última milha, evoluindo o nível de serviço e atendimento ao consumidor do DF.



Sabemos que, para a concretização desse ambicioso projeto, serão necessários investimentos da ordem de bilhões de reais e da realização de obras de infraestrutura de competência da União, tais como a finalização das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, de sorte que o nosso compromisso é atuar, diuturnamente, para a formalização de parcerias com o Governo federal e com a iniciativa privada, a fim de viabilizar sua implementação: trata-se, pois, de um projeto de Estado – assim como foi a construção de Brasília –, que representará um novo marco para o desenvolvimento do Distrito Federal e de todo o Brasil.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO

Essa linha de ação visa a recuperação de postos de trabalho no curto prazo através de ações de desenvolvimento econômico acelerado, capazes de impulsionar a dinamização econômica e a geração de emprego, bem como fortalecer as bases para a consolidação crescente de novos empreendimentos modernos e competitivos.

Trata-se de um programa de intervenções urbanísticas e estímulo ao investimento para fortalecimento de atividades econômicas privadas baseadas em trabalho intensivo. As intervenções urbanísticas visam qualificar as áreas incluídas nos polos, criando as condições urbanas, de infraestrutura, de comunicação e de mobilidade necessárias para a implementação da proposta.

O GDF articulará fontes de financiamento externas, interagindo com instituições estaduais, federais ou internacionais capazes de alavancar novos empreendimentos e o desenvolvimento empreendedor sustentável.

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO ECONÔMICA

A primeira etapa da ação de desenvolvimento econômico sustentado tem duas iniciativas:

- a revitalização infraestrutural, sob a coordenação da Secretaria de Qualidade Urbana e Ambiental, recuperando obras de arte que compõem o Patrimônio Cultural da Humanidade, promovendo a produtividade e competitividade de toda a população, e resgatando o prestígio de Brasília como cidade Monumental;
- o impulsionamento dos polos gastronômico, de cultura e entretenimento, como indutores do turismo na capital Federal, estimulando a geração de empregos e renda a um ecossistema dinâmico e de classe mundial de serviços.

Como ocorre em ações transformadoras e estruturadoras, esse programa transcenderá além desta gestão, visto que sua concretização se renova a cada momento, com novas metas, atualizações e ambições definidas para os períodos subsequentes. Isso não conflita com nossa urgência pela implementação imediata de iniciativas e de um novo modelo mental na gestão econômica do DF.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SETORES INOVADORES

Os meios e a organização da produção estão em forte transformação planeta afora. Novas tecnologias aliadas ao fenômeno da Globalização contribuem para essa transformação que impacta vários segmentos econômicos, arranjos produtivos regionais e também transnacionais. E a ausência da compreensão e da ação nessa direção nos leva ao caos no emprego e na competitividade⁶¹.

Assim, como a economia apresenta diversas oportunidades de desenvolvimento econômico ainda pouco desbravadas. Por se tratar Brasília de uma cidade plural, sendo importante formadora de mão de obra e sede de empresas e instituições multisetoriais, os potenciais propulsores do nosso desenvolvimento que sejam ainda pouco explorados, incipientes ou inovadores merecem uma estratégia de atuação evolutiva e instantaneamente responsiva às oportunidades desta nova economia.

Para tanto, a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento econômico responsiva para o DF, alicerçada em uma plataforma para Escalabilidade de Start-ups, se faz necessária. Setores identificados como de alto potencial devem ser priorizados, e iniciativas estratégicas (tais como qualificação de mão de obra, investimentos em infraestrutura, atração de capital, talentos, empresas e investidores) devem ser adotadas. Assim, um plano de implementação da estratégia, com diretrizes claras de capacitação, promoção e comunicação, formas de financiamento e monitoramento será criado, bem como um modelo de governança para sua execução será definido.

Ações nesta perspectiva, em sintonia com o Parque Capital Digital e com o Parque do Talento Empreendedor:

- atração de instituições educacionais como universidades, institutos de pesquisa e centros tecnológicos, que, ao passo que qualificam a população, também oferecem suporte intelectual, tecnológico e de formação de pessoal para impulsionar as diversas atividades econômicas da Brasília do futuro;
- atração de centros de pesquisa e desenvolvimento empresariais, voltados a mercados de alto impacto e potencial, nos segmentos Digital, Energético, Economia Criativa, e outros;
- estabelecimento do Programa de Incentivos às Start-ups e Scale-ups do Distrito Federal;
- fomento à qualificação empreendedora na rede de ensino superior pública e privada no Distrito Federal.

PROGRAMA DE INCLUSÃO EMPREENDEDORA

A estrutura empresarial que sustenta a economia regional, nacional e global é composta por empresas de diversos portes. Notadamente, a competitividade individual das grandes empresas e das cadeias produtiva é fortalecida pela coexistência de um arranjo empresarial composto por um leque de micro e pequenas empresas, provedoras de serviços e soluções às demais.

Além deste arranjo produtivo, pensar o empreendedorismo como alavanca para o resgate da dignidade e da produtividade de indivíduos excluídos é prática cotidiana nas sociedades mais maduras e nas economias mais sofisticadas. Não por exigência legal, mas sim por capacidade e entusiasmo pessoal, cidadãos com restrição motora, auditiva, visual ou outra, tem nos caminhos da economia criativa e da economia digital uma rica fonte de oportunidades empreendedoras e produtivas⁶². A inclusão empreendedora deve ser para todos. Não existem pessoas deficientes, o que existe é o meio deficiente para determinado tipo de pessoa, o que precisa ser alinhado.



⁶¹ <https://pixabay.com/en/revenue-business-growth-profit-1704073/> (Foto) Gráfico de Crescimento

⁶² <http://www.curtamais.com.br/brasil/brasil-recebe-feira-de-artesanato-internacional> (Foto) Artesanato com motivação na Catedral em matéria do Portal CurtaMais por Rafael Braga

Iniciativas com esta perspectiva prevista no plano de governo são:

- Frente de Fomento ao Artesanato Brasileiro;
- Frente de Suporte ao Talento Urbano Disperso e ao Microempreendedor Individual – MEI;
- Frente de Fomento ao Empreendedorismo Digital;
- Frente de Estímulo ao Cooperativismo e aos Arranjos Produtivos;
- Frente de Estímulo à criação de redes privadas de microcrédito.



PROGRAMA DE REINserção PRODUTIVA DE PRESIDIÁRIOS

Atualmente, cerca de 80% dos detentos são reincidentes, dado que explicita a importância de se implementar ações que ofereçam alternativas a estes, quando do seu retorno ao convívio social. O desenvolvimento do empreendedorismo e a capacitação, ainda dentro do sistema prisional, pode preparar este público para que tenham condições de abraçar novas perspectivas no mercado de trabalho e na vida ao final da sua pena. Essas iniciativas poderão ser viabilizadas por meio de parcerias público-privadas.⁶³

As ações incluem:

- Frente de Promoção do Trabalho Interno no Presídio – pode gerar renda, reduzir penas, trabalhar a mente dos detentos, trazendo um melhor clima interno no presídio. Além disso, pode promover estruturas produtivas para fabricação de produtos de interesse social, e substituir custos do sistema prisional pela auto-produção;
- Frente de Qualificação Profissional de Presidiários – habilita os alunos a novas perspectivas profissionais após o cumprimento da pena.



PROGRAMA TALENTOS SENIORES

A reinclusão profissional de talentos acima dos 65 anos é fator de diferenciação e impulso econômico a uma população com as características das do DF. Temos, na população de terceira idade, um elenco de profissionais altamente qualificados intelectualmente, dada a experiência deste grupo em serviços prestados aos Governos Federal e Distrital, que representa relevante manancial de conhecimentos e relacionamentos que poderiam servir para melhorar trabalhos atualmente em implementação nos setores público, privado e em organizações diversas.

⁶³ <https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/direito-do-presos-de-trabalhar-e-realidade-so-para-minoria> (Foto) Presidiários fabricam Bandeiras do Brasil. Por Roosevelt Pinheiro

Portanto, promover pontes entre os idosos e as oportunidades em que estes possam se engajar pode cumprir relevante papel tanto na qualidade de vida, quanto na competitividade do DF ⁶⁴.

- Criar e promover o banco de dados “**Prata vira Ouro – Talentos Seniores**”;
- Promover eventos de aproximação e sinergia entre os Talentos Seniores e grupos de interesse nas experiências para convergências e estruturação de projetos de mentoria e/ou supervisão;
- Estruturar a “**Sala de Prata**”, ambiente onde os Talentos Seniores poderão frequentar livremente para conhecer os desafios listados pelo GDF ou pelas empresas, possibilitando o engajamento nas soluções.



PROGRAMA DIÁSPORA CAPITAL – TALENTO GLOBAL

Promover a ativação de redes colaborativas de talentos brasileiros com vivência internacional, bem como estrangeiros convivendo no Brasil – profissionais, acadêmicos, pós-graduandos, empreendedores, agentes públicos e outros – para o enfrentamento de desafios e a geração de soluções e negócios em áreas de interesse público e intensivas em conhecimento e tecnologia.

Aglutinando talentos brasileiros com relevante exposição a ambientes intensivos em conhecimento no exterior, bem como profissionais estrangeiros com afinidades e proximidades ao Brasil, espera-se conectar o capital humano brasileiro expatriado a programas distritais de prospecção resolutive, bem como promover interações intelectuais que transformem o conhecimento acumulado da diáspora brasileira em soluções para a sociedade, e acesso a novas perspectivas de mercado.

- Cooperar com as Embaixadas e organismos internacionais estrangeiros em Brasília, Empresas multinacionais brasileiras e estrangeiras, bem como entidades nacionais de cooperação internacional e Brasileiros que tenham participado de programas, bolsas e iniciativas de conhecimento intensivo no exterior;
- Provocar, estimular, promover e disseminar novas formas e possibilidades de inovação para a competitividade de Brasília;
- Apoiar a internacionalização de empresas brasileiras em setores de alto conteúdo tecnológico;
- Mapear e conectar a Diáspora brasileira com oportunidades e programas estratégicos brasileiros;
- Contribuir com subsídios intelectuais para a estruturação de cooperações binacionais ou multilaterais.

PROGRAMA TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

- Subordinação do BRB e da TERRACAP às diretrizes e políticas da Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado do GDF;
- TERRACAP – Redefinir modelo de atuação, perspectiva de proatividade, metas e avaliação de performance da TERRACAP enquanto órgão subsidiário e agência corresponsável pelo Desenvolvimento do DF;
- BRB – Priorizar o foco de atuação do Banco enquanto agente estruturador de soluções econômico-financeiras alavancadoras do desenvolvimento do DF, especialmente nas Parcerias Público-privadas.

PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP

Estabelecer o Programa de Parcerias Público-privadas (PPP), destinado a fomentar a atuação de Agentes do Setor Privado, como instrumentos na implementação das políticas públicas voltadas à produtividade e competitividade do Distrito Federal, impulsionando o bem-estar coletivo, na condição de contratados encarregados da execução de

⁶⁴ <http://www.staje.org/the-benefits-of-mentoring/> (Foto) Benefícios da Mentoria para os Seniores

serviços públicos distritais, atividades de interesse público e/ou a operação de infraestruturas e equipamentos urbanos como:

- Implantação da Cidade Inteligente, com as seguintes Frentes Integradas de Atuação interoperável⁶⁵:
 - ✓ Saneamento Ambiental e Drenagem Urbana;
 - ✓ “Smart Grid” Energético e Iluminação Pública;
 - ✓ Trânsito e Mobilidade Inteligentes;
 - ✓ Vigilância Urbana e Atendimento a Emergências;
 - ✓ Empreendedorismo e Nuvem Informacional;
 - ✓ Janela Única de Serviços Públicos;
 - ✓ Entre outros.
- Autódromo Internacional Nelson Piquet;
- Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha;
- Rodoferroviária e região circunvizinha;
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF)
- Centro Administrativo do DF – CENTRAD;
- Parques de Lazer Urbano:
 - ✓ Parque da Cidade Sarah Kubitschek;
 - ✓ Jardim Botânico;
 - ✓ Parque do Setor Noroeste;
 - ✓ Parque de Águas Claras; etc.
- Parque Capital Digital;
- Parque Agropecuário da Granja do Torto;
- Eixo Interbairros;
- Evolução e Expansão do Metrô, BRTs, VLTs e outras soluções modernas e sustentáveis de Transporte Público;
- Eixo Logístico do DF (Anel Viário, integrado a Centralidades de Alta Produtividade e ao Epicentro Logístico);
- Bairros Inteligentes e Centralidades de Alta Produtividade; entre outros.



As iniciativas serão escopo de tratamento legal e de conformidade adequados, visando a sanar vícios e inconsistências que as tenham, eventualmente, impedido de prosperar no passado, sempre respeitando com transparência os princípios e valores do Governo Alexandre Guerra e o arcabouço legal vigente, além da sustentabilidade econômica de cada empreendimento, do respeito aos interesses do Poder Público e aos direitos dos Agentes do Setor Privado contratados e dos usuários, da indelegabilidade das funções de regulação e do exercício de poder de polícia da responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos e da universalização do acesso a bens e serviços essenciais.

⁶⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Eixo_Monumental (Foto) Wikipedia

PROGRAMA DF GLOBAL

Destinado a intensificar a integração econômica da região de Brasília à economia global, e ao desenvolvimento da competitividade do Distrito Federal, especialmente da exportação qualificada de produtos e serviços e ao suporte ao ganho radical de escala de iniciativas inovadoras dos empreendedores da região (Scale-up), o Programa DF Global é baseado no Tripé:

- Comércio Exterior;
- Cooperação Internacional; e
- Atração de Investimentos Estrangeiros.

PILARES DO DF GLOBAL

- Comércio Exterior
Importação, Exportação e Logística
- Cooperação Internacional
Funding Internacional, Design, Centros Mundiais, P&D
- Atração de Investimentos Estrangeiros
Agronegócios, Logística, Imobiliário, Mineração, Farmoquímico, Infraestrutura, Fusões e Aquisições, Concessões, PPP's



RESULTADOS ESPERADOS DO PROGRAMA

- Agregação de Valor e aumento da escala de produção e exportação dos bens e serviços locais;
- Empresas qualificadas para competir no mercado internacional;
- Utilização Estratégica da Cooperação Internacional;
- Estado preparado e treinado para o receptivo de investimentos estrangeiros;
- Fortalecimento empresarial local e da logística da região.

PROGRAMA CAMPO PRODUTIVO

Autossuficiente em hortaliças, o Distrito Federal é reconhecido no agronegócio também em razão da qualidade de seus produtos, a exemplo do trigo, morango⁶⁶ e pimentão, bem como por ter, em sua pauta exportadora, a liderança ocupada pelo frango, soja e derivados. O DF serve, ainda, como centro de consumo e distribuição de produtos e insumos para todo o Entorno e a RIDE, e exportador para estados das regiões Norte e Nordeste.

Tem como motivo de orgulho a presença da EMBRAPA, Ministério da Agricultura, IBAMA, ICMBio e diversas associações de produtores nacionais, que aportam conhecimento em pesquisa e oportunidades mercadológicas e estimulam a extensão e o desenvolvimento rural. Todavia, enfrentou nos anos



⁶⁶ <http://radios.ebc.com.br/brasil-rural/2017/09/22a-festa-do-morango-acontece-ate-o-dia-10-de-setembro-em-brazlandiadf> (Foto) Produção de Morangos

recentes intenso desafio relacionado à disponibilidade de água para uso agrícola, barreira fundamental para viabilizar a produção agropecuária.

E, para preservar e potencializar o papel do campo no Distrito Federal, em sintonia com a preservação ambiental, o Governo Alexandre Guerra prevê iniciativas relevantes, como:

- Promover a regularização fundiária dos imóveis rurais garantindo segurança jurídica ao empreendedor rural;
- Estruturar metas de atuação para a CEASA, incluindo parcerias privadas, para fortalecer continuamente a produção e a qualidade das cadeias produtivas de hortaliças, frutas, plantas ornamentais e flores, piscicultura, pequenos animais e produtos lácteos com rastreabilidade e sustentabilidade socioambiental;
- Estruturar metas de atuação para a EMATER, fortalecendo a assistência técnica e a extensão rural;
- Incentivar a cogeração de energia limpa no campo;
- Analisar as distorções tributárias entre o DF e a RIDE, buscando reequilibrar fatores de competitividade;
- Estabelecer mecanismos, em parceria com a iniciativa privada, para promover a conservação da mata ciliar e a produção de água, bem como fortalecer instrumentos online de auto-declaração de produção e impactos pelo produtor e de análise e decisão do poder público quanto ao uso e conservação de água e recursos naturais;
- Incentivar a produção agroecológica de alimentos em propriedades que utilizem mão de obra familiar;
- Desburocratizar processos visando facilitar a operação de pequenos negócios rurais que gerem renda e empregos;
- Apoiar a abertura de cooperativas e associações de produtores.

BAIRROS INTELIGENTES E CENTRALIDADES DE ALTA PRODUTIVIDADE

Adotamos como conceito de centralidade a relação entre a concentração espacial de atividades nos sub-centros metropolitanos, e a diversidade de funções que os articulam às demais localidades do tecido metropolitano. A coexistência de centralidades com potencial de dinamização sócio-econômica de alto impacto representa um interesse desta gestão, especialmente na perspectiva da geração de empregos de alta qualificação e geograficamente distribuídos no Distrito Federal.

Dadas as restrições urbanísticas da Capital, adotamos, para a região tombada no Plano Piloto, o modelo de consolidação de parques especializados, que venham a concentrar públicos de interesse convergente na perspectiva de produção econômica, promovendo a especialização, a competitividade externa, a qualidade produtiva e a sinergia conjunta de marca, entre outros fatores positivos. Exemplos são as alternativas de Parques de Alta Produtividade elencados adiante.

Para a região circunvizinha ao Plano Piloto, a qual venha a ter maior liberdade na conjugação entre ambientes residenciais, comerciais e de entretenimento, adota-se a perspectiva de “Bairros Inteligentes”, no formato de centralidades urbanas onde impere o modelo de integração “work, live & play”, ou seja, o trabalho, a moradia e a diversão em uma mesma localidade.

Para os Bairros Inteligentes, o Governo Alexandre Guerra acolherá iniciativas de cunho privado, as quais possam potencializar a integração da franja externa do Distrito Federal, gerando empregos fora da concentração atual do Plano Piloto, bem como estrutura urbana completa, moderna e sustentável.

Algumas alternativas de Parques de Alta Produtividade seguem abaixo:

PARQUE DO TALENTO EMPREENDEDOR



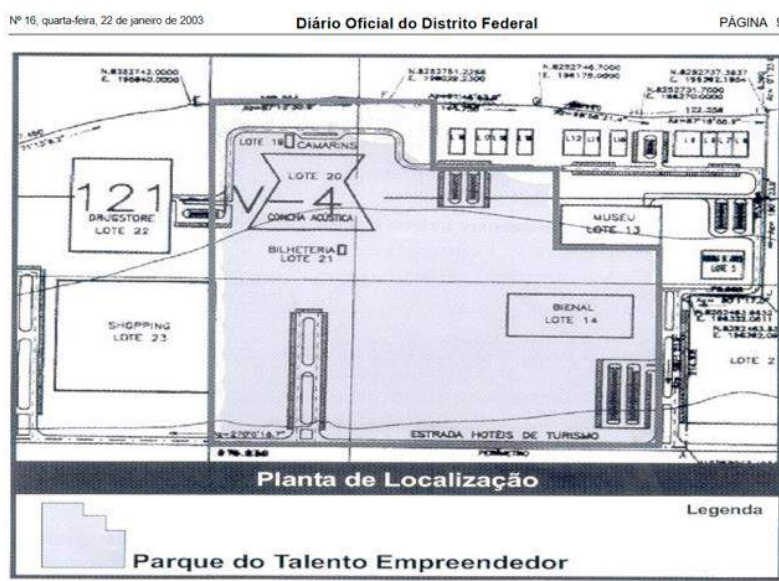
Com terreno destinado oficialmente pela Lei Complementar nº 680, de 30 de Dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 22 de Janeiro de 2003, o projeto do Parque do Talento Empreendedor (PTE) é um projeto capitaneado entre 1998 e 2004 pelo então Clube dos Jovens Empresários do DF – hoje Associação dos Jovens Empresários do DF – em conjunto com o

Governo do Distrito Federal, sob a projeção conceitual de **Oscar Niemeyer**.

A área destinada ao PTE se localiza em local próximo ao Palácio da Alvorada, no Setor de Hotéis e Turismo Norte – SHTN, Trecho 1, Projeto Orla, Polo 3, englobando os lotes 14, 19, 20, 21 e área pública contígua, inclusive a Concha Acústica, também obra de Oscar Niemeyer.

O propósito do PTE é o de gerar um ambiente permanente de inclusão produtiva, em especial para a juventude e a terceira idade, num ciclo virtuoso de produtividade e cidadania, com base nas competências empreendedoras inerentes e específicas de cada indivíduo. O PTE servirá para reduzir a informalidade da economia, fortalecer a perspectiva de sucesso dos negócios nascentes, promover a renda e o auto-emprego.

O início das operações do PTE se dará antes mesmo da construção do prédio concebido por Niemeyer. As ações podem ocorrer na própria Concha Acústica, sendo que uma Agenda de Atividades pode ser concebida e conduzida em parceria do GDF com entidades empresariais e associativas, também concatenadas a outras ações do Governo Alexandre Guerra.



PARQUE DE MÍDIA E AUDIOVISUAL

Os diversos segmentos da mídia nacional e internacional estão presentes em Brasília, de onde repercutem as notícias do país. Essas empresas radio-difusoras estavam inicialmente previstas para funcionar nos Setores de Rádio e TV Sul e Norte, porém, a pressão de outros perfis de empresas e inconveniências como o trânsito pesado provocaram a sua dispersão. Também as empresas de mídia impressa se encontram hoje espalhadas em áreas como SCS e SCN⁶⁷.

Adicionalmente, a convergência digital, fez surgir diversas outras modalidades de mídia (blogs, portais, revistas eletrônicas, redes sociais, etc), e, com o advento da TV Digital e a omni-mídia, o segmento de Produção de Conteúdos Digitais ganha impulso, fomentando um mercado de alto valor agregado e intensivo em mão-de-obra. Neste mercado, o conceito de terceirização de estúdios, cenários, produção, fotografia, etc, exige proximidade física dos prestadores de serviços deste ecossistema.



Fato oportuno é que a formação universitária em Brasília para este segmento é de alto-nível nas diferentes áreas afins como: comunicação, jornalismo, cinema e vídeo, engenharias, informática, telecomunicações e etc.

⁶⁷ <https://pixabay.com/en/microphone-i-am-a-student-radio-1562354/> (Foto) Estúdios, gravadoras e emissoras

As empresas de Telecom são demandantes de razoável espaço físico para suas operações de Call Center e implantação de Teleportos. As de infraestrutura de Telecom vivem um momento de expansão de crescimento e ajustes nos modelos de negócio. As empresas de Internet estão em expansão ainda mais forte, visto à acessibilidade de preço dos bens de Informática, Tecnologia 4G, Tecnologia IP, Comércio eletrônico, EAD, Cobertura Wireless, etc.

Com um grande e diversificado mercado de música (chorinho, rock, clássico etc), temos em Brasília carência de estúdios de produção e gravação profissionais.



Em expansão na capital, as agências de Publicidade Digital e tradicional de todo o país mantém relações com o Governo Federal e desejam ter estruturas de atendimento mais próximas do cliente.

Com histórico de formação de grandes talentos da comunicação e do entretenimento, Brasília também viu estes frequentemente evadirem a cidade em busca de melhores condições de trabalho e oportunidades de negócios fora do DF.

A Lei 12.485 de 2011 trouxe novos e significativos recursos para o desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro, através da integração das empresas de telefonia no mercado de exibição. Também favoreceu o desenvolvimento do setor em Brasília exigindo que, no mínimo, 30% dos recursos sejam aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A ANCINE estima investimentos da ordem de R\$ 400 milhões anuais

Por tudo isso, entendemos ser preciso realizar uma Transformação Econômica na cidade hoje baseada nos salários de servidores públicos. Podemos e devemos desenvolver e estruturar a Indústria do Entretenimento do DF, e o Parque de Mídia de Brasília pode ser o locus deste Ecossistema de Mídia e Entretenimento, que compartilhará conhecimento, experiências e recursos, gerando emprego, renda e expansão da atividade produtiva do DF.

BIO PARQUE – ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA

Fomentar a criação de valor com base no conhecimento em Biotecnologia, conjugando a formação avançada e a pesquisa com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e o empreendedorismo de base tecnológica, num modelo de desenvolvimento sustentável e amigo do meio ambiente⁶⁸.

OBJETIVOS

- i. Formar e capacitar o contexto favorável à realização de P&D orientada para o desenvolvimento econômico;
- ii. Fomentar o empreendedorismo de base tecnológica;
- iii. Promover a cultura científica como fonte de bem-estar econômico e social;
- iv. Estabelecer um cluster regional de Biotecnologia e Ciências da Vida.



⁶⁸ <https://pixabay.com/pt/laborat%C3%B3rio-cientistas-pesquisa-385349/> (Foto) Laboratório de Biotecnologia

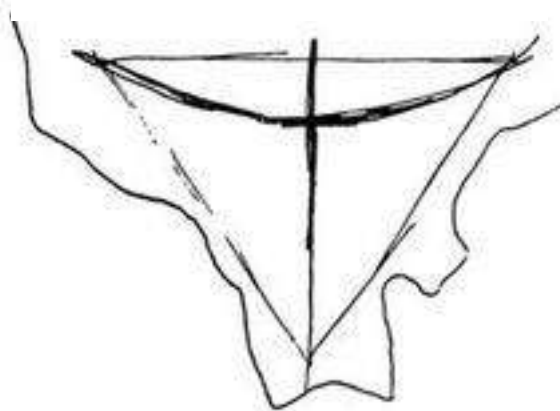
QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

O ELEMENTO ESTRUTURADOR DA QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO

O direito a uma existência digna é fundamento da República e possui caráter multidimensional: não se perfaz, tão só, com a garantia dos direitos civis, ou de primeira geração, tampouco dos direitos sociais, ou de segunda geração, mas, sim – interpretando-se o espírito do art. 225 da Constituição Federal –, demanda uma postura ativa do Estado, das empresas e dos próprios cidadãos na promoção do bem-estar coletivo, da salubridade e do desenvolvimento sustentável, tanto do ambiente urbano, quanto do ambiente natural.

Esse espírito deve nortear a elaboração e a implementação de políticas públicas de ordenamento territorial, de transportes e de meio ambiente, áreas que se mostram interconectadas e indissociáveis, cujos problemas, por consequência, demandam soluções integradas, calcadas em uma abordagem interdisciplinar, algo que não se mostrou presente em gestões pretéritas do Distrito Federal, dada a descoordenação e a fragmentariedade dos inúmeros órgãos e agências públicas competentes, realidade que será transformada no Governo Alexandre Guerra, que integrará, **sob uma única Secretaria**, a coordenação de todos os projetos relativos à qualidade estrutural e operacional da urbe.

Croquis de Lúcio Costa para o Plano Piloto retrata Eixo Rodoviário e Eixo Monumental



UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA O DISTRITO FEDERAL

Brasília é uma Cidade que exibe uma realidade muito incomum: apresenta pouco adensamento populacional no centro – o principal local de trabalho –, mas possui um adensamento relativamente elevado na periferia, segregação espacial que produz duas consequências de difícil solução: movimento pendular diário – sobrecarregando o sistema de transporte – e o alto preço da terra – fomentando as invasões e ocupações irregulares.

Quanto à primeira questão, a conjunção de ocupação descentralizada e oferta de empregos centralizada tem como consequência o deslocamento diário de uma grande quantidade de pessoas em horários concentrados da periferia e do entorno do Distrito Federal para o Plano Piloto, o que acaba por sobrecarregar o sistema de transporte coletivo e produzir engarrafamentos, fato que se agrava em função do grande número de automóveis, utilizados, em regra, para transporte individual, em circulação na Cidade.

Quanto à segunda questão, a forte intervenção do Estado no mercado imobiliário do Distrito Federal, realizado, principalmente, por intermédio da TERRACAP, aliado a problemas no zoneamento, a lentidão na destinação de terrenos e a um sem-número de entraves burocráticos, acabam por produzir uma forte especulação, encarecendo artificialmente os imóveis no DF, especialmente na área central, expulsando grandes contingentes populacionais para as regiões periféricas e dificultando a instalação e a operação de empreendimentos na cidade.

Adicionalmente, a perspectiva de que Brasília foi concebida como novo paradigma urbano, dado o advento do automóvel e a engenharia em concreto armado e protendido, criou uma Cidade mundialmente reconhecida pelo espírito de inovação e desbravamento de fronteiras.

Desse modo, algumas medidas devem ser adotadas com vistas a alterar esse quadro, dentre as quais destacamos:

- i. Regularizar, urbanizar e qualificar loteamentos irregulares, garantindo a permanência das famílias residentes no perímetro da área de intervenção ou em seu entorno;
- ii. Qualificar a periferia, valorizar e estimular novas centralidades nas diversas regiões do Distrito Federal (conforme visto nas ações de Produtividade e Competitividade do Mercado);

- iii. Revisão e flexibilização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), para reduzir a segregação espacial e o baixo adensamento, de modo a implementar um novo modelo de ocupação que contemple os aspectos urbano, rural e ambiental;
- iv. Implementar instrumentos urbanísticos e fiscais com foco no direito de propriedade privada como eixo regulador do mercado imobiliário;
- v. Revisar procedimentos e reduzir a burocracia estatal para a concessão de licenças, alvarás, entre outros, para incentivar a atuação da iniciativa privada (também conforme visto nas ações de Produtividade e Competitividade do Mercado);
- vi. Analisar e implementar, preferencialmente em operação sob a responsabilidade da iniciativa privada, soluções viáveis de tecnologia urbana, incluindo sensores, mecanismos de automação, câmeras inteligentes e outros que venham em convergência ao conceito de Cidade Inteligente, promovendo segurança, mobilidade e conveniência a pessoas, veículos individuais e coletivos, empresas e instituições;
- vii. Facilitar o desenvolvimento de projetos que abracem o conceito de “work, live and play”, em atuação conjunta com a Secretaria de Produtividade e Competitividade do Mercado.

UM NOVO PARADIGMA PARA O TRANSPORTE DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal apresenta um sistema de transporte coletivo de alto custo, baixa qualidade e elevada imprevisibilidade, o que afasta os usuários – especialmente a parcela da população com potencial aquisitivo mais elevado – e fomenta a utilização de meios de transporte individual, especialmente o de automóveis, gerando congestionamentos nas vias de circulação, poluição do ar, perda de tempo, aumento no número de acidentes, enfim, uma série de consequências negativas que reduzem a qualidade de vida dos cidadãos.

Acrescente-se a isso a situação precária de boa parte da malha viária do Distrito Federal – consistindo o desabamento de parte do Eixo Rodoviário (Eixão) no exemplo mais gritante –, paralelamente aos inúmeros gargalos em localidades como Águas Claras, Sudoeste e nas Saídas Sul e Norte, que se tornam intransitáveis nos horários de pico, e se descortina o cenário de caos que aflige a população brasileira todos os dias, transformando em um verdadeiro martírio o acesso ao trabalho, à escola, aos hospitais e aos diversos serviços que se concentram na área central da Cidade.

Desse modo, é necessário buscar soluções que enderecem a necessidade de integração do sistema de transporte em toda a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), promovam a implementação de um sistema inteligente de controle de tráfego e fomentem a adoção de soluções tecnológicas utilizadas em grandes cidades em todo o mundo, incorporando os conceitos de “city logistics”, “crowdsourcing”, “shared services” e “demand-responsive transport” às políticas públicas na área.

Nesse contexto, destacamos as seguintes medidas, em compasso ao que dispõe o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU):

- i. **Integração:** rede intermodal integrada tarifária e operacionalmente, com linhas troncais partindo de cada eixo estruturante em direção aos principais destinos no Distrito Federal, tais como a Rodoviária do Plano Piloto, de onde o usuário utilizará outra linha para chegar ao seu destino final;
- ii. **Serviço semiurbano:** formalização de um consórcio público com os órgãos federais, do Estado de Goiás e dos municípios do entorno do Distrito Federal com vistas à implementação de um modelo de gestão integrado e eficiente de toda a rede de transporte da RIDE;
- iii. **Sistema viário:** implementar ações voltadas à segurança, circulação e intervenção viária, com identificação de pontos críticos de acidentes, procedimentos de fiscalização de obras rodoviárias, promoção de campanhas



educativas e reciclagem de condutores, desenvolvimento de sistemas de orientação de tráfego para que o ⁶⁹usuário evite rota congestionada;

iv. **Operações de trânsito:** implementar ações pautadas na gestão do trânsito, com atuação de forma integrada nas áreas de engenharia de tráfego, operação viária, educação de trânsito e preservação ambiental. As ações devem privilegiar a produtividade urbana pela funcionalidade da fluidez segura, do estímulo aos veículos elétricos e ao uso compartilhado de veículos privados – ambos promovendo menor impacto ambiental do trânsito –, bem como o conforto físico e informacional do usuário por meio de aplicativo de facilitação da mobilidade;



v. **Estacionamentos:** implementação de ações voltadas ao desenvolvimento de estudos e projetos de implantação de estacionamento rotativo em áreas públicas, operação de “smart parking” e de carga e descarga, identificação de áreas com problemas de oferta e demanda por vagas e intensificação das operações de fiscalização de estacionamento irregular;

vi. **Parcerias com a iniciativa privada:** promoção de parcerias com a iniciativa privada com vistas à construção e operacionalização de soluções limpas e modernas, tanto individuais quanto coletivas, para o sistema de transporte do Distrito Federal, tais como Veículos Elétricos, Veículos Autônomos, Drones de Transporte, Metrô, Veículo Leve Sobre Pneus (VLP) e Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).

PROGRAMA ENERGIA CAPITAL

A matriz energética mundial encara um momento de forte transformação: o reinado dos combustíveis fósseis, que responderam por algo entre 60 e 70% da energia total do planeta nos últimos 50 anos, está chegando ao fim, pois as alternativas energéticas renováveis – Solar e Eólica – e as baterias estão reconstruindo os fundamentos dos sistemas elétricos em todo o planeta⁷⁰.

Já a matriz energética do Brasil é muito diferente da mundial, visto que, apesar do consumo de energia de fontes não renováveis também ser maior do que o de renováveis, usamos mais fontes renováveis que no resto do mundo. Somando-se lenha e carvão vegetal, hidráulica, derivados de cana e outras renováveis, totalizamos 41,1% de nossa matriz energética em 2016⁷¹.

Ao mesmo tempo, tecnologias subsidiárias a essa transformação estão se capilarizando e alcançando a vida cotidiana dos cidadãos⁷². Exemplos importantes desta capilarização são o crescimento dos veículos elétricos e híbridos, e a geração energética distribuída e autônoma (painéis solares e etc.) em domicílios.



⁶⁹ <http://www.kut.org/post/now-you-can-find-out-where-your-bus-real-time> (Foto) Aplicativo avisa o motorista do ônibus que há um passageiro no aguardo

⁷⁰ New Energy Outlook 2018 <https://about.bnef.com/new-energy-outlook/#toc-download>

⁷¹ Empresa de Pesquisa Energética – EPE <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>

⁷² https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bras%C3%ADlia_from_space.jpg (Foto) Brasília à noite, vista pelo satélite

A resolução normativa RN687/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou que cada cidadão possa produzir sua própria eletricidade, através da geração distribuída com fontes renováveis de energia. Neste contexto, o Distrito Federal tem condição privilegiada para produção de energia solar⁷³, com recurso solar médio anual de 5,8 kWh/m². Segundo a Universidade de Brasília (UnB), ao se considerar um prédio padrão das Asas Sul e Norte, com seis andares e oito apartamentos por andar, seriam necessários apenas cerca de 40% do telhado do edifício para se gerar toda a energia consumida neste. Além do que, a migração de matriz energética para a de origem renovável gera significativos ganhos ambientais e na emissão de carbono.



Convergindo também com o advento das Cidades Inteligentes, a nova matriz energética oferece a Brasília a oportunidade de avançar na direção do seu “smart grid”, ou seja, a Capital Federal pode modernizar seus sistemas de geração, distribuição e de transmissão de energia elétrica com automação digital que detecte e responda a variações de uso, e amplie substancialmente a sua eficiência operacional e a qualidade dos serviços à população.

Este grid inteligente pode também ser composto por uma malha integrada de iluminação pública de alta eficiência – lâmpadas LED com gestão remota e dimerização responsiva –, pontos urbanos de recarga para os veículos elétricos, transporte público coletivo elétrico (como um VLT elétrico), medidores elétricos capazes de gerir o consumo e a geração distribuída⁷⁴, e outras soluções acessórias para melhoria da segurança pública, o trânsito, o meio ambiente e outros.

Indicador relevante é o que estima o crescimento das vendas de veículos elétricos no planeta, saindo dos 1,1 milhões atuais para 30 milhões de veículos em 2030, motivando forte queda de preços no segmento de baterias. Em 2040, estima-se que mais da metade dos veículos vendidos serão totalmente elétricos⁷⁵.

Ações para implementação durante esta gestão incluem:

- Estruturar readequação tributária que estimule a geração compartilhada e renovável, garantindo segurança jurídica ao investimento privado. Como exemplo: Estabelecer incentivo no IPTU para empreendimentos que utilizem coberturas, telhados, estacionamentos e outras áreas, para geração de energia solar e/ou eólica;
- Promover programas de uso consciente, migração para a matriz renovável, e instalações em prédios e áreas públicas;
- Reestruturar a CEB visando à melhoria do atendimento e à proatividade dinâmica no estabelecimento de parcerias público-privadas voltadas à cadeia de suprimento na matriz energética renovável e à evolução de todo o Distrito Federal na implementação do “smart grid” e das soluções de Cidades Inteligentes.



Medidores inteligentes são elementos do “Smart Grid”

⁷³ http://absolar.org.br/media/files/17nov16_Potencial%20Solar%20Bras%C3%ADlia_nr4.pdf

⁷⁴ <https://etsinsights.com/insights/u-s-smart-meters-hit-70-8-million-in-2016-are-major-investments-in-customer-education-and-engagement-next/> (Foto) Medidor Inteligente

⁷⁵ BloombergNEF <https://about.bnef.com/electric-vehicle-outlook/>

MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO EM TODO O DISTRITO FEDERAL

O Plano Piloto de Brasília é um dos centros urbanos mais arborizados do mundo, contando com praças, parques e áreas de proteção ambiental, fato que ajuda a amenizar a temperatura na região, contribui para a regularidade no ciclo da chuva e promove o bem-estar da população que ali vive e trabalha. Não obstante, essa não é a realidade observada em todo o Distrito Federal – principalmente nas regiões periféricas –, que sofre com problemas de saneamento, bolsões de calor e, mais recentemente, com a mais profunda crise hídrica da história, que resultou em um racionamento que se arrastou por mais de um ano e causou significativos impactos negativos no comércio e na rotina diária de milhões de cidadãos, crise, esta, agravada pelas queimadas na época de seca, que ano após ano ameaçam a preservação da fauna e da flora do Cerrado brasileiro⁷⁶.

Nesse sentido, para que o Distrito Federal se consolide como a melhor região do Brasil para se viver e se torne referência em sustentabilidade ambiental, mostra-se necessário o desenvolvimento de uma política que garanta, por intermédio de programas e projetos bem estruturados, a necessária adaptação às transformações decorrentes do crescimento populacional e das mudanças climáticas, culturais e paisagísticas, o que demanda uma atualização no arcabouço jurídico, o aperfeiçoamento do modelo operacional e o incremento da interação entre a sociedade e o meio ambiente, gerando reflexos positivos em áreas diversas, como turismo, saúde e agricultura.

As propostas que aqui apresentadas têm por objetivo promover o monitoramento participativo e transparente da gestão dos recursos hídricos e atmosféricos, da biodiversidade, fauna e flora, dos resíduos sólidos, do controle, monitoramento e saneamento ambiental, mediante o fomento da articulação entre os atores governamentais, empresariais e da sociedade civil e da adoção de ações diretas e indiretas, dentre as quais destacamos:

- i. Aprimoramento do sistema de coleta e tratamento de esgotos;
- ii. Proteção dos mananciais, da fauna e da flora com vista à sustentabilidade ecológica do DF e redução contínua das perdas de água, mediante a otimização da captação e distribuição;
- iii. Simplificação, desburocratização e integração dos procedimentos de licenciamento e fiscalização ambientais com o objetivo de dar mais transparência, efetividade e interatividade digital e online ao empreendedor e ao cidadão;
- iv. Revisão e adequação das taxas de licenciamento ambiental, equiparando-as competitivamente aos Estados vizinhos e à realidade de mercado;
- v. Aumento da eficiência energética no serviço de iluminação pública e nos órgãos públicos do GDF;
- vi. Incentivo ao uso de fontes de energia limpas e renováveis, tais como a solar e a eólica, e incentivos ao reuso da água em residências, empresas e órgãos públicos do GDF;
- vii. Aproveitamento energético do biogás originado de aterros sanitários;
- viii. Ampliação e modernização dos programas de coleta seletiva e das atividades de reciclagem;
- ix. Implementação de projetos de reposição florestal e de recuperação ambiental, tais como o Programa Recupera Cerrado e o Masterplan para a Orla do Lago Paranoá;



⁷⁶ <https://en.wikipedia.org/wiki/Handroanthus> (Foto) Ipê Amarelo no Cerrado

- x. Incentivo à maior participação do setor privado na execução e no fornecimento de serviços como: administração de parques urbanos, gestão de resíduos, drenagem e pavimentação, e saneamento.

Demais dessas propostas, destacaríamos o incentivo a programas e parcerias de valoração dos serviços ecossistêmicos e pagamentos de serviços ambientais como prioridade do Governo Alexandre Guerra, mediante o desenvolvimento da primeira plataforma pública de negociação de ativos ambientais, lastreada no Plano de gestão das Emissões na bacia atmosférica estadual, controlando indicadores de desempenho das atividades potencialmente emissoras, no tocante às metas de redução de emissões, gerando alternativas de compensação no próprio território do Distrito Federal.



Nos termos do Novo Código Florestal, o crédito de carbono é considerado um título de direito sobre bem intangível, incorpóreo e transacionável, de sorte que, mediante a realização de ajustes na legislação distrital, o Governo estará apto a implementar o Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais, direcionado não somente às áreas públicas, mas, também, as áreas privadas destinadas à conservação ambiental e ao incremento da biodiversidade⁷⁷.

Referidos créditos ambientais

podem ser utilizados como lastro para a emissão de Bônus Verdes, mecanismo financeiro a ser utilizado para financiar a política ambiental no âmbito do Distrito Federal, viabilizando o desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, social, econômica e política, minimizando o risco de escassez de recursos naturais para as próximas gerações.

⁷⁷ <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0b/75/1a/f9/lago-paranoa-brasilia.jpg> (Foto) Cortesia do TripAdvisor

BRASÃO E HINO DO DISTRITO FEDERAL (BRASÍLIA)

Todo o Brasil vibrou
e nova luz brilhou
quando Brasília fez maior a sua glória
com esperança e fé
era o gigante em pé.
vendo raiar outra alvorada em sua História
Com Brasília no coração
epopeia surgir do chão
o candango sorri feliz
símbolo da força de um país!
Capital de um Brasil audaz
bom na luta e melhor na paz
salve o povo que assim te quis
símbolo da força de um país!

(Oficializado pelo Decreto nº 51.000, de 19/07/61)

Letra de Geir Campos

Música de Neusa Pinho França Almeida



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SINEPE/DF - Estudo de Caracterização do Setor de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal 2016
- SINFOR/DF - Série de Estudos PARQUE CAPITAL DIGITAL - 2000 a 2015
- CODESE/DF - A Brasília que Queremos - Propostas aos Governantes 2018
- <https://www.globalinnovationindex.org/gii-2018-report>
- http://reports.weforum.org/pdf/gci-2017-2018/WEF_GCI_2017_2018_Profile_BRA.pdf
- <https://www.imd.org/globalassets/wcc/docs/release-2018/ranking2018.pdf>
- <https://www.insper.edu.br/agenda-de-eventos/panorama-brasil/>
- <https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/uk/pdf/2017/11/improving-uk-regional-productivity-performance.pdf>
- <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- <http://www.oecd.org/gov/digital-government/recommendation-on-digital-government-strategies.htm>
- <http://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/2017/02/WCR-2016-Full-Report.pdf>
- http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_6_As_Dimens%C3%B5es_da_Pobreza_no_DF_e_suas_Pol%C3%ADticas_de_Enfrentamento.pdf
- http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=896
- https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/BSt/Publikationen/GrauePublikationen/GP_Social_Cohesion_Radar.pdf
- <http://www.df.gov.br/simbolos/>
- <https://www.dieese.org.br/analisepep/mensalBSB.html>
- <http://www.mdic.gov.br/portal/dashboard.html>
- <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>
- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/pesquisa/38/46996>
- <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>
- <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>
- http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14996/Sistema_Pol%C3%adtico_Brasileiro_Difuncional_ou_M%C3%a1_Ger%C3%aancia.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/processos-orcamentarios-ambientes-alta-informalidade-brasil.pdf>
- http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n4/en_1982-3134-rap-51-04-00528.pdf
- <https://www.policyalternatives.ca/sites/default/files/uploads/publications/National%20Office/2018/07/Born%20to%20Win.pdf>
- <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>
- <https://about.bnef.com/new-energy-outlook/#toc-download>
- <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>